

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 04/2015

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE SETEMBRO

- Presidente:** - *José Manuel Lemos Pavão*
- 1.º Secretário:** - *Humberto António Cordeiro*
- 2.ª Secretária:** - *Otília Raquel Fernandes Lima*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Ata da 3.ª Sessão
05 de junho** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros.**
- Outras presenças:** **A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente António José Pires Almor Branco e pelos Senhores Vereadores:**
- *Rui Fernando Moreira Magalhães*
 - *José Manuel Correia de Moraes*
 - *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
 - *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 38 presenças, pelo que, o Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 58 membros no decorrer da sessão.

Registo de Faltas.

Maria Eduarda de Freitas F. Neiva Rosa, Alzira Augusta Ferreira da Costa Ramos, Fernando Manuel Gomes Alves, Marisa de Fátima Seixas Aranda, Marcelo Jorge Lago, José Domingos Carneiro, Edgar Alberto Pires, José dos Santos Sousa e José Mário Pinheiro Mesquita.

Apresentaram justificação de Faltas:

- Maria Eduarda de Freitas F. Neiva Rosa: Sessão de 25 de setembro de 2015.
- Alzira Augusta Ferreira da Costa Ramos: Sessão de 25 de setembro de 2015.
- Fernando Manuel Gomes Alves: Sessão de 25 de setembro de 2015.
- Marisa de Fátima Seixas Aranda: Sessão de 25 de setembro de 2015.
- Marcelo Jorge Lago: Sessão de 25 de setembro de 2015.
- José Domingos Carneiro: Sessão de 25 de setembro de 2015.
- Edgar Alberto Pires: Sessão de 25 de setembro de 2015.
- José dos Santos Sousa: Sessão de 25 de setembro de 2015.
- José Mário Pinheiro Mesquita: Sessão de 25 de setembro de 2015.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, Humberto António Cordeiro disse:

Quanto à mobilidade desta Assembleia foram aceites todas as justificações e, por sua vez, feitas as substituições dos seguintes Deputados Municipais:

- Maria Eduarda de Freitas F. Neiva Rosa, Secretária da Assembleia Municipal (PSD), por Fernando Paulo dos Santos Costa (PSD).
- Alzira Augusta Ferreira da Costa Ramos, Deputada efetiva (PS), por Carlos José Fraga (Independente PS);
- Fernando Manuel Gomes Alves (PSD), Deputado efetivo (PSD), por Maria de Lurdes Pascoal Jacob (PSD);
- José Domingos Carneiro (PSD), Deputado efetivo (PSD), por Maria da Piedade Trigo (PSD);
- Edgar Alberto Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Alvites (PSD), pelo Secretário da Junta de Freguesia, Armindo José Esteves (PSD).
- José dos Santos Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Fradizela (PSD), pela Secretária da Junta de Freguesia, Ana Lúcia Miranda de Almeida Pimpão (PSD).

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal, por unanimidade, justificou as faltas mencionadas.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:

Bom dia a todos.

Como já temos quórum, vamos iniciar os trabalhos.

Antes porém precisávamos de completar a Mesa porque a 2ª Secretária Dra. Eduarda não pôde estar presente nesta Sessão.

Se houver concordância da parte dos líderes dos grupos municipais e se a Dra. Otília estiver disponível, convidamo-la para ocupar o lugar na Mesa.

Dado que há concordância, Senhora Dra. faça o favor.

Sendo assim, declaro aberta a Sessão.

Cumprimentava em nome da Mesa, o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores Membros da Assembleia, os Senhores Municípios, representantes de entidades e órgãos de comunicação aqui presentes.

1 – ATA: Leitura, discussão e votação da ata da 3.ª Sessão Ordinária de 05 de junho de 2015.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Leitura, discussão e votação da ata da 3.ª Sessão Ordinária de 05 de junho de 2015.

Estão abertas as inscrições.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Carlos José Fraga (Independente PS) disse:**

Bom dia Senhor Presidente e Senhores Deputados e bom dia a todos em geral.

Não tendo estado presente na última Assembleia Municipal, por imperativos legais, no entanto como a ata me foi facultada, posso pronunciar-me sobre o seu conteúdo.

Em primeiro lugar, o respeito que este órgão que é a Assembleia Municipal me merece e a consideração leva-me a fazer aqui, algumas observações pertinentes, que coloco à Mesa e à consideração de todos.

Primeiro por ter constatado que nessa Assembleia de 05 de junho, houve nada mais, nada menos, 14 elementos efetivos que faltaram, quase um quarto dos elementos desta Assembleia, o que me causou alguma estranheza. E o mais estranho é que desses 14 faltosos, apenas seis pediram substituição o que me parece bastante estranho e nada abonatório para este órgão.

Fica a minha opinião para que futuramente estas coisas se possam evitar.

Dizer também, que na página 11, alguém se referiu à minha pessoa, por não estar presente. Não podia efetivamente estar presente, não se trata de uma ausência, não havia cabimento legal, mas quando se diz que o Senhor Fraga “roubou-nos” algum tempo...A minha participação nesta Assembleia, não se destina a sonegar tempo de intervenção a quem quer que seja, considero-a antes como uma participação ativa da minha parte, naquilo que me é possível, o meu contributo e uma valorização, neste caso, para o Senhor Deputado, Engenheiro António Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, que se referiu à minha pessoa, porque até lhe dá tempo para ele preparar trabalhos aqui, dentro da Assembleia.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Agradeço o apontamento, que são sempre úteis, no sentido de melhorarmos, mas eu creio que o Regimento é muito claro e preciso e aqui, ninguém rouba tempo a ninguém.

O Regimento concede o que votamos e portanto basta cumprir o Regimento.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a ata da 3.ª Sessão Ordinária de 05 de junho de 2015.

Os Senhores Deputados: Carlos José Fraga, (Independente do PS); José Baltazar Aguiar (PS); José Faustino Cunha (CDS/PP) e David Garrido (CDU), não votaram, por não terem estado presentes na última Sessão Ordinária da Assembleia Municipal.

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Maria Faustino Cunha (CDS/PP) disse:**

Bom dia Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Não é intervenção, é só apenas por causa da correspondência.

Tivemos conhecimento que o Gabinete da Assembleia enviou condolências ao Doutor Carlos Alberto Vaz, pelo falecimento do seu irmão, Engenheiro Luís Vaz. Penso que por lapso, é capaz de haver a falta de mencionar aqui alguma coisa. Com certeza há mais correspondência que não foi transcrita, porque eu não vejo nenhuma comunicação do Gabinete da Assembleia, para a família do Presidente de Junta de Vale de Salgueiro, a apresentar as suas condolências. Deve ter sido falha da transcrição.

E já que estou a fazer este reparo, também é costume fazer a saudação do Presidente de Junta de Freguesia de Vale de Salgueiro, que pela primeira vez está aqui presente, em substituição.

Muito obrigado Senhor Presidente.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Muito obrigado também, pelo seu apontamento.

----- **O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, Humberto António Cordeiro disse:**

Em relação ao expediente recebido de assuntos mais relevantes foi o seguinte:

- Da ACIN-icloud, Plataforma de Contratação Pública ACINGov.;
- Do Hospital Terra Quente, sobre Visita da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, ao Hospital Terra Quente;
- Da Câmara Municipal de Esposende, um convite para Convívio de Autarcas do Norte Ofir 2015;
- Da Confraria de Nossa Senhora do Amparo, um convite ao Senhor Presidente, para integrar a procissão em honra de Nossa Senhora do Amparo, no dia 01 de agosto de 2015;
- Da Câmara Municipal de Bragança, um convite para o Concurso Concelhio de Bovinos de Raça Mirandesa a realizar no dia 21 de agosto de 2015;
- Da Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark., um convite para a inauguração do Parque de Ciências e Tecnologia Brigantia EcoPark, no dia 28 de agosto de 2015;
- Da Municipalia, Salão Internacional de Equipamentos e Serviços Municipais, um convite para a Feira de Lleida, a realizar do dia 13 a 16 de outubro, em Espanha;
- Da AIN Agroindustrial do Nordeste, S.A, visita à AIN Agroindustrial do Nordeste S.A., da Comissão Permanente da Assembleia Municipal;

Expediente expedido mais relevante:

- Convocatória da 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, de 25 de setembro, para os Membros da Assembleia Municipal,
- Ofício ao Presidente do Conselho de Administração do Hospital Padre Américo, a enviar condolências ao Dr. Carlos Alberto Vaz, pelo falecimento de seu irmão, Eng. Luís Vaz.
- Ofício ao Presidente do Conselho de Administração da AIN Agroindustrial do Nordeste S.A., sobre visita à AIN Agroindustrial do Nordeste S. A., da Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Mirandela.
- Ordem do Dia a enviar documentos da 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, para os Membros da Assembleia Municipal.

1.º Período de Intervenção do Público

2 – 1.º Período de Intervenção do Público.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Segundo ponto, 1.º Período de Intervenção do Público.

Está algum Senhor Município que queira usar da palavra?

Faça o favor.

----- **O Senhor Município, António Maurício, de Abambres disse:**

Muito bom dia Senhor Presidente da Câmara, Senhor Presidente da Mesa, Senhores Deputados e toda a Assembleia.

Vim aqui hoje, para dizer muito obrigado ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, pelo conforto que me deu em mandar arranjar a entrada principal da minha casa, na Rua de S. Tomé, n.º 54 – Abambres.

Deu-me muito conforto para eu entrar e sair com as minhas canadianas, com a minha cadeira de rodas, para entrar para um carro e para me mover com os meus fracos meios, para sair e entrar, com 90% de conforto. Por isso mesmo lhe digo “muito obrigado”, depois de 10 anos de espera, um serviço tão pequeno, que dois homens resolveram em meio-dia. Por isso mesmo, lhe digo mais uma vez, muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Muito obrigado. Ficamos todos muito contentes por ter sido bem servido e cumprimentamo-lo em nome de todos.

----- **O Senhor Município, Eduardo Augusto Andrade, de Ferradosa - Bouça disse:**

Bom dia Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, Comunicação Social e Público aqui presente.

Eu, Eduardo Andrade, residente na Ferradosa - Bouça, venho por este meio, demonstrar o meu descontentamento, que em 29/10/2009, o atual Presidente da Junta de Freguesia da Bouça, disse-me que se ganhasse me arranjava a rua que dá ligação a Vale Maior e Mosteiró, onde eu resido. São cerca de 25 metros de terra batida. No verão não se para com a poeira e no inverno com a lama, devido à passagem de tratores e outro trânsito.

Em 2012 - não posso precisar o mês- andou por lá um carro da Câmara a deitar asfalto. Pedi ao Senhor Presidente da Junta para deitar gravilha e uns sacos de cimento e não o fez. Disse-lhe que se ele lá morasse a rua já tinha sido arranjada, não me respondeu.

Visto que não tive qualquer resposta, resolvi vir falar com o Senhor Presidente da Câmara em 02/04/2015, tive uma conversa com ele e ficou de me dar uma resposta, sobre o que se passava. Como até à data não tive resposta, o que me levou a vir a esta Assembleia para resolver o assunto.

Só peço que o meu pedido seja aceite e que não fique em rol do esquecimento.

Muito obrigado a todos os presentes.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas em relação à segunda intervenção, dizer que as intervenções que são feitas, de calcetamento e outras, são acordadas entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal.

A Câmara Municipal está precisamente neste momento a fazer uma ronda com todas as Juntas de Freguesia, fazendo a avaliação das prioridades e depois poderá existir uma resposta, mas apenas depois da avaliação que está a ser feita em conjunto. Repito: com todas as Juntas de Freguesia do Concelho de Mirandela.

Antes da Ordem do Dia

3- Período de Antes da Ordem do Dia.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Passamos ao Ponto 3- Período de Antes da Ordem do Dia.

Estão abertas as inscrições.

----- **O Senhor Secretário da Assembleia Municipal, Humberto António Cordeiro disse:**

Estão inscritos os Senhores Deputados: Carlos Fraga, Isabel Barreira, José Eduardo Gomes de Almeida, Paulo Rodrigues Pinto, José Baltazar Aguiar, José Mário Pinheiro Mesquita, Nuno Manuel Pinto de Sousa, Fernanda Ferreira, José António Costa Ferreira, Dinis Veiga e Rita Messias.

Estão inscritos 11 membros da Assembleia, cabendo 6 minutos de intervenção a cada membro.

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Sousa (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que me traz aqui é para apresentar um Voto de Pesar em nome dos Grupos Municipais, que passo a ler:

Voto de Pesar

Miguel Pilão Belchior Fontoura Cunha faleceu no dia 24 de agosto.

A sua morte constitui uma perda sentida para todos nós, amigos, conterrâneos e autarcas.

Uma pessoa pragmática, autêntica, amiga e que amava a sua terra.

Foi eleito Presidente de Junta de Freguesia de Vale de Salgueiro em 2013, como independente, nas listas do CDS/PP. Era ainda, membro inerente desta Assembleia Municipal.

No seu breve mandato, foi um Presidente de Junta de Freguesia sempre disponível, que trabalhou pela sua freguesia, Vale de Salgueiro, cumprindo de forma dedicada as suas funções de autarca.

Assim, os Grupos Municipais propõem à Assembleia Municipal, que delibere os seguintes pontos:

1. Aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Engenheiro *Miguel Pilão Belchior Fontoura Cunha*, guardando um minuto de silêncio em sua memória;
2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste “Voto de Pesar”.
3. Que seja publicado num jornal local.

Eu pedia ao Senhor Presidente que a votação pudesse ser aceite e fosse imediata relativamente a este assunto.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Vamos então proceder à votação.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou por unanimidade, aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento do Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Salgueiro, *Miguel Pilão Belchior Fontoura Cunha*, guardando um minuto de silêncio em sua memória.



----- **O Senhor Deputado Municipal, Carlos Fraga (Independente PS):**

Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores em regime de Permanência e não Permanência, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público presente e Comunicação Social.

Neste ponto, Período de Antes da Ordem do Dia, vou referir-me àquilo que é essencial, aos assuntos gerais de interesse para o Município e através da Mesa, partilhar junto da nossa Autarquia, a situação de um imóvel completamente em ruínas, aqui numa zona emblemática da cidade, bem perto do Palácio dos Távoras, bem perto do chafariz de S. Miguel, junto à padaria da D. Inês Seramota e expresso a minha preocupação, em termos de segurança e ao mesmo tempo de apreensão, por eventualmente se poder correr o risco de se perder o marco de referência do nosso património histórico e cultural.

Refiro-me à casa onde viveram alguns anos da sua vida os ilustres Professor Gil Teixeira Lopes e o Pintor Hilário Teixeira Lopes.

Referenciada essa casa em lápide, pela Câmara Municipal de Mirandela há já muitos anos, apresenta, como será do conhecimento de todos, um lastimoso estado de degradação material que assusta qualquer cidadão.

É imperativo intervir, prevenir e agir antes que seja tarde de mais. Deixo à consideração superior.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, José Eduardo Gomes de Almeida (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Comunicação Social, Exmo. Público presente, muito bom dia a todos.

Quero deixar aqui um Convite, para assistirem à “Lectio Divina” que hoje, às 21,00 horas, vai ter lugar na Igreja de Nossa Senhora da Encarnação.

A “Lectio Divina” é um momento de leitura da Palavra Divina, que nos alimenta a vida e a fé.

A promotora do evento é a Paróquia de Nossa Senhora da Encarnação mas aberta a toda a comunidade da Unidade Pastoral.

Queremos propiciar um ambiente muito acolhedor com momentos de leitura, meditação, contemplação e oração, com a presença de D. José Cordeiro, Bispo de Bragança e Miranda.

Fica então aqui o convite para participarem nesta “Lectio Divina”, que pela primeira vez se vai realizar em Mirandela, nesta sexta-feira, na Igreja de Nossa Senhora da Encarnação, pelas 21,00 horas.

Quero também aproveitar este momento para fazer um outro convite:

A Junta de Freguesia de Mirandela vai levar a efeito no dia 24 de outubro de 2015, um *workshop* de fotografia que se intitula, FOTOGRAFAR MIRANDELA. Este *workshop* vai ter dois momentos: de manhã a parte teórica e durante a tarde a prática.

Penso que vai ser um dia fantástico para quem goste de fotografia; basta ter uma máquina fotográfica, quer seja compacta ou reflex, com mais ou menos resolução; o mais importante é ter o gosto de registar cada momento, com várias perspetivas e diferentes olhares.

A orientação vai estar a cargo do jovem fotógrafo Rui Ferreira com grande experiência neste tipo de eventos.

Acrescento apenas o recente trabalho deste amigo *Rui Ferreira*, que durante quarenta dias percorreu Portugal de Norte a Sul, pelas Pousadas da Juventude e registando o que de bom foi encontrando em cada um destes locais.

Fica aqui o convite, convicto que a Junta de Freguesia de Mirandela ficará com um registo fotográfico sobre Mirandela, muito interessante.

----- **A Senhora Deputada Municipal, Fernanda Conceição Ferreira (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Membros da Assembleia Municipal, público em geral, muito bom dia a todos.

Hoje a Agenda de Trabalhos é longa, assim vou ser sintética.

Começo por dizer, que falando do bem-estar das pessoas e recordando então o nosso colega “Miguel”, é pensar nas várias pessoas que ao longo destes anos têm posto fim à vida sem razões aparentes.

Pensar na qualidade e no bem-estar das pessoas, também passa muitas vezes por uma política de proximidade, onde as pessoas são pensadas em primeiro lugar.

Estou certa de que algumas coisas têm sido feitas, mas outras há ainda a serem pensadas, até quem sabe, começando por refletir sobre o assunto.

No outro ponto, gostaria de referir que por vezes se está demasiado concentrado nas poupanças. Todos estamos a pensar em poupar. Mas a poupança não deve nunca pôr em causa a segurança das pessoas.

Refiro-me nomeadamente às várias pessoas que continuam a queixar-se da falta de iluminação, ou pouca iluminação em algumas zonas.

Para terminar, na última Assembleia falei sobre a realização da Assembleia Municipal de Crianças e Jovens e fomos informados que se iria realizar uma reunião no dia 19. Gostaria de saber se se realizou ou não realizou essa reunião e o que é que foi decidido.

Já que estamos no início do ano letivo escolar, este seria o momento ideal para envolver a Direção da Escola, a Associação de Pais, a Associação de Estudantes e outras organizações juvenis, que seria mais uma atividade desta Assembleia Municipal.

----- **A Senhora Deputada Municipal, Isabel Barreira (PS) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais.

Eu não tinha previsto intervir neste ponto, mas ontem quando vinha de Lisboa para Mirandela - quando fazemos viagens e as viagens são longas, temos tempo de pensar - vinha a pensar no que têm sido os últimos anos de governação e do mandato do PSD no nosso território, no balanço que podemos fazer e no que representa para o interior e cheguei à conclusão que os últimos anos de

governo têm sido desastrosos para o interior. Tem apostado principalmente na desqualificação do interior, na desertificação, através do encerramento e da desqualificação de serviços, o que implica o êxodo para o litoral.

Pensei, ainda bem, temos uma autoestrada feita por um governo do PS.

Nem tudo está perdido, porque afinal parece que temos uma promessa da reabertura da linha aérea entre Bragança e Lisboa, entre Trás-os-Montes e o Litoral. Mas será que é mesmo verdade? É porque já estamos habituados, tivemos um governo do PSD de Cavaco Silva que foi responsável pela destruição de 800 quilómetros de linha ferroviária, foi o coveiro da Linha do Tua e um governo do PSD que encerrou a linha aérea de Trás-os-Montes para Lisboa.

E agora gostava de saber se o Senhor Presidente tem alguma informação acerca da reabertura da carreira aérea, ou se é apenas uma promessa eleitoral, ou se vai ser uma realidade.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Baltazar Aguiar (PS) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia e restante Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Mirandenses aqui presentes, Comunicação Social, bom dia a todos.

Há cerca de um ano, que eu não estava presente nas Assembleias, exclusivamente devido aos meus afazeres profissionais, isto porque não estava em Mirandela, já que tenho que me deslocar habitualmente para fora do país.

Quando hoje regresssei, muitos me deram as boas vindas, que eu aqui quero agradecer diretamente e àqueles com quem não me pude cruzar e certamente me dariam também as boas vindas, já que, a minha posição nesta Assembleia, tem sido norteada por aquilo que eu considero o cumprimento da minha responsabilidade social.

Nós, quando estamos numa sociedade, devemos participar, porque só participando é que poderemos ser responsáveis e podemos de alguma forma penalizar todos aqueles que não participam.

Ao chegar a esta Assembleia e ao pensar ontem que vinha para a Assembleia Municipal, fiz o que às vezes faço, quando regresso das viagens - às vezes viagens mais prolongadas, de 15 dias - tenho sempre aquela vaga sensação que tudo está na mesma, que nada mudou.

Nós temos uma ideia da velocidade do tempo, que na realidade não existe, para além de que existe uma grande inércia e as coisas não mudam substancialmente. E o meu pensamento vagueou por vários temas que nos assaltam no dia a dia. Perguntei-me: será que em termos de legalidade democrática, estamos melhor? Até pelas últimas notícias, verificamos que há um grande défice democrático. Será que em termos de igualdade de oportunidades estamos melhor, que são os mais capazes que ocupam os diferentes lugares? Parece que não. Eu diria e todos diríamos que não e que a igualdade de oportunidades - não direi que estará no caixote do lixo, mas muito próximo disso - os caminhos são ínvios e às vezes os mais capazes e senão sempre, no passado recente têm que emigrar. Será que se está a servir mais? Eu direi que não, que há cada vez mais egoísmo. Será que há menos ganância?

Eu queria dizer que, quando falo em serviço e quando falo em ganância -estou-me a lembrar naquele que hoje para mim e creio que para muitos é referência mundial - que é o Papa *Francisco*.

Temos melhor ensino? Não. Temos pior ensino, tanto que há já vozes que se levantam, que a melhor maneira de resolver o problema, é de privatizar o ensino. Temos mais transparência? Não. Temos menos transparência. Temos menos dívida pública, a dívida pública baixou? Não. A dívida pública subiu. Temos melhor saúde? Eu diria que temos pior saúde e o Serviço Nacional de Saúde em que todos nós acreditávamos, hoje é uma mera referência.

E aqui no Serviço Nacional de Saúde, queria-me deter por alguns instantes. Hoje mesmo a esta hora, está a ser feita a inauguração dos cuidados intensivos da Unidade Local de Saúde do Nordeste, no Hospital de Bragança. Parece que é uma coincidência, mas é verdade. E também por despacho 10.314-B/2015, foi dotada a Unidade Local de Saúde do Nordeste em um milhão e 200 M € para melhoria de instalações e renovação de equipamento.

Também é verdade que desde 2011, que a TAC, Aparelho de Tomografia Axial Computorizada do nosso Hospital de Mirandela, cuja reparação custa 80.000 € para uma ampola, continua desativado.

Quem precisa deste exame, primeiro tinha que ir a Macedo de Cavaleiros, era transportado pelos Bombeiros ou por uma Ambulância acompanhado de pessoal de enfermagem, que agora é acompanhado ao HTQ - Hospital Terra Quente, também em ambulância e acompanhado de pessoal de enfermagem. Qualquer gestor acha que isto é um disparate pegado despendendo 80.000 € para compor uma ampola! Quanto nestes quatro anos já se gastou em transportes e em pagamentos feitos ao HTQ?

A minha pergunta vai para o Senhor Presidente da Câmara: deste um milhão e 200 M €, faz ideia com quanto pode estar contemplado o Hospital Distrital de Mirandela e se nos pode dizer daqui a quanto tempo é que está a famosa ampola do equipamento da TAC resolvido?

A outra questão tem a ver com o comércio tradicional. Regularizou-se o estacionamento em Mirandela e eu por princípio até acho bem, só que, a maior parte das vezes ele é mal aplicado. O que é que nós verificamos hoje? Verificamos que o comércio tradicional, que estava a perder para as grandes superfícies, passou a partir desse momento a perder muito mais.

A minha pergunta é: pensam rever a política do estacionamento, quer tendo em vista o comércio tradicional, quer tendo em vista os habitantes?

Eu dava uma "dica", por exemplo: verem a faturação que conseguiram, o número de espaços existentes, a capitação por espaço e eventualmente, anualmente fazerem um contrato com algum fator de correção, em função de comércio tradicional ou de habitação, para essas pessoas.

Gostaria de dizer o seguinte, para terminar: muitos de nós assustamo-nos com as notícias e com a Comunicação Social. Eu queria dizer, em função dos tempos que hoje corremos, que em regimes de défice democrático, ou porque não dizê-lo, de ditadura, não há essas notícias, porque não é permitido haver notícias.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama, Fernando dos Reis Mesquita (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Público presente, bom dia a todos.

Eu sei que o assunto de que vos vou falar está um bocadinho desfasado neste ponto, devia ser tratado noutra, mas por razões ligadas ao evento de que vos venho falar, vou ter que me ausentar e por isso, vou dar notícia dele agora.

Realiza-se no próximo fim de semana (amanhã e Domingo), a Feira do Artesanato da Caça e dos Produtos Regionais, em Torre de Dona Chama.

Trata-se da 2.ª Edição. Esta, só é possível, porque a 1.ª Edição foi um êxito e nos deu força e vontade para continuarmos a realizá-la.

Eu sou dos que pensam, que acompanha o Presidente da Câmara nesse aspeto, que estes eventos, estas atividades, podem ser um impulso importante para o desenvolvimento das nossas freguesias.

Este marasmo e esta estagnação económica a que estivemos sujeitos durante estes anos podem ter aí um impulso muito importante. Por isso, elas só terão algum sentido se forem participadas, quer pelos expositores - que têm alguma coisa para nos oferecer- quer também pelo público em geral, os visitantes, sejam eles de fora do concelho ou sejam essencialmente do nosso concelho.

Assim, deixo aqui um apelo a todos para que no fim de semana nos visitem. Acho que já toda a gente recebeu via correio eletrónico o convite e o programa para a feira. Mas reitero aqui pessoalmente esse convite e lá estaremos à vossa espera e teremos imenso prazer em vos receber neste fim de semana.

Muito obrigado.

----- **A Senhora Deputada Municipal, Rita Messias (PS) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Senhores Presidentes de Junta, meus senhores e minhas senhoras, muito bom dia a todos.

Queria em primeiro lugar, apresentar um Voto de Pesar, pelo falecimento do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Salgueiro, Eng.º *Miguel Belchior Cunha*, em nome do grupo parlamentar do Partido Socialista.

Foi sem dúvida uma grande perda para a nossa comunidade e que muito lamentamos.

Quero também expressar um voto de excelente trabalho para o novo Presidente, o Sr. *Carlos Cadavez*, desejando que tenha muito sucesso no desempenho deste cargo.

Sem dúvida que este facto que aconteceu com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Salgueiro, faz-nos refletir um pouco sobre o mundo em que vivemos.

Este acontecimento não é único, infelizmente, nos últimos tempos têm crescido os números de suicídios em Portugal e no resto do mundo, acompanhados também com o aumento significativo dos casos de depressão e isto faz-nos refletir sobre o mundo em que vivemos. Que mundo é este? Não deveríamos nós ter políticas em que prevalecesse a qualidade de vida das pessoas? E podemos medir a qualidade de vida, dizer que temos uma excelente qualidade de vida, por estes casos que vão surgindo e que cada vez de forma mais acentuada. Não deveríamos nós, seres humanos, zelar pela pessoa humana como estando no centro e que todas as políticas tivessem o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas? Mas verificamos que de facto não é essa a preocupação e será uma situação para refletirmos sobre as políticas que estamos a seguir, não só em Portugal, como no resto do mundo.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Dinis Veiga (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, meus Senhores e minhas Senhoras, muito bom dia.

Estranhei um pouco as intervenções de alguns deputados do Partido Socialista, mas depois recompus-me porque pensei que no dia quatro há eleições...tinha-me esquecido.

Em primeiro lugar quero dizer ao novo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Salgueiro, que ele pode contar com a minha disponibilidade pessoal para aquilo que necessitar e para o apoiarmos no seu trabalho que vai iniciar.

Dizer à Eng.ª *Rita Messias* que estava um bocadinho distraída porque a Moção foi apresentada por todos os partidos.

Começando pela Dr.ª *Isabel Barreira*, quero-lhe dizer que tem razão, é desastrosa a política de saúde (ela não está presente, tenho pena), realmente foi desastrosa, mas eu ainda tenho memória e quem deu cabo da política de saúde no concelho de Mirandela, foi o Partido Socialista e ela estava na Administração.

Quem levou a Maternidade? Quem acabou com as várias valências que havia no Hospital de Mirandela? É fazer-lhe a pergunta e ela que responda. Foi o Partido Socialista, não foi este Governo.

Fala-me da linha aérea de Bragança: Ó Senhora Deputada, quem acabou com a Linha do Tua, que favorecia as classes mais desfavorecidas, foi este Governo? Não foi este Governo, foi o PS. Andar de avião é só para os Senhores Deputados ou para os Senhores Presidentes de Câmara que vão para Lisboa. A classe média e a classe pobre não vai de avião Senhora Deputada. Paguem vocês que ganham bem e que têm bons ordenados podem pagar.

Em segundo lugar, falou-se no Ensino. É verdade, o Governo Socialista tudo fez para acabar com o Ensino Público no nosso Distrito. Investiu milhões e milhões em escolas no litoral, que agora não têm verbas para funcionar.

Até tem conhecimento que a Escola Secundária de Mirandela já tinha sido entregue ao empreiteiro que fez o Hospital Terra Quente e por causa de uns contentores, porque a Mota Engil perdeu, nessa altura estava o *Jorge Coelho* na Administração e caducou-se o concurso.

Vamos ter um bocadinho de cuidado, nós temos memórias.

Falou-se aqui de que aumentou a dívida. A dívida não aumentou, Senhor Engenheiro *Baltazar*. Não aumentou! Ela apareceu à luz do dia.

A mim faz-me lembrar certas pessoas empregadas que temos, que varrem o pó para debaixo da tapete. O pó não se varria, as dívidas à CP, à REFER, às Empresas Públicas e não apareciam na dívida do Estado. Este pôs à luz do dia, aumentou as dívidas? Não aumentou! Apareceram, porque elas já estavam lá, algumas até estavam na gaveta.

Por outro lado, o Partido Socialista diz muito isto: nós fomos julgados em 2011. É verdade. Mas os calotes ficaram e alguém teve que os pagar! Julgado politicamente e deixar os calotes, é uma maravilha, qualquer dia faço a mesma coisa: Faço calotes e depois sou julgado politicamente. Não é assim!

E há outra coisa: Quando este Governo assumiu a governação, a despesa da máquina do Estado estava em 52% do PIB. Este Governo baixou a despesa para 46% e tem que baixar para 42%. Tem que se continuar a fazer reformas e arranjar outras maneiras de reduzir a despesa do Estado.

Falou-se aqui no défice democrático. Isto é um chavão. Com franqueza, o vosso antigo Primeiro-ministro, fala, escreve, ora do 44 e agora do 43... com franqueza, não há défice democrático, só não fala quem não quiser.

Há eleições no dia quatro e vocês vão ter a resposta.

----- **A Senhora Deputada Municipal, Isabel Barreira (PS) disse:**

Senhor Professor Dinis, o Senhor disse aqui que não tem memória curta, mas se calhar até tem, ou curta ou fraca, sabe porquê? Porque quando foi do encerramento da maternidade, o Senhor disse que eu estava na Administração. O Senhor está enganado, não estive no encerramento da maternidade.

Sobre a administração do Hospital do Governo PS, os Senhores perderam qualquer legitimidade, qualquer autoridade moral para dizerem o que quer que seja, sabe porquê? Porque um dos principais responsáveis por isso tudo que o Senhor diz, que eu não contesto, era o n.º 2 da altura na Administração. Já aqui foi dito, quem lá estava na altura em que foi encerrada a maternidade, é hoje Presidente. Foi promovido a Presidente pelo seu Governo. É tudo quanto tenho a dizer.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Dinis Veiga (PSD) disse:**

A Doutora *Isabel Barreira* ouviu mal. Eu disse que quando tiraram valências, a Dr.ª *Isabel* estava na Administração e foi sempre o Partido Socialista.

E já agora aproveitou para lhe dizer que também nos deixaram uma herança de três estádios que vão ser transformados em vacarias e que se gastam 10 milhões por ano em manutenção.

----- **O Senhor Deputado Municipal, José António Costa Ferreira (PS) disse:**

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, muito bom dia a todos.

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, Eng.º *António Branco*, na próxima sessão desta Assembleia Municipal, a realizar como habitualmente em dezembro, estaremos a um ano da data que marcará o 40.º Aniversário das primeiras eleições livres e democráticas para as Autarquias Locais em Portugal.

A este propósito, permita-me Sr. Presidente sensibilizá-lo a abraçar, em nome de Mirandela e do nosso município, a iniciativa de comemorar de forma ampla e com cariz nacional, a passagem dos 40 anos das primeiras eleições para as autarquias locais verdadeiramente livres e democráticas, ocorridas em 12 de dezembro de 1976.

Trata-se de facto, de assinalar uma efeméride incontornável para o Poder Local, autónomo, que propiciou condições para um municipalismo mais interventor e participado.

E, também por esta via, de reconhecer o trabalho de muitos autarcas que nestes 40 anos, se entregaram à “*coisa pública*” e assim possibilitaram o desenvolvimento das suas terras, tornando-as em locais com melhores condições de vida para as suas populações.

Não havendo até ao momento notícia que qualquer outro município tenha a intenção ou esteja a levar a cabo qualquer iniciativa para a comemorar esta efeméride, penso que desenvolvendo os necessários esforços, Mirandela poderia centrar em si, com uma ambição de nível nacional, as comemorações dos 40 de Poder Local democrático.

Para o efeito, naturalmente que é necessário desde cedo, agarrar essa ambição, envolvendo para a efetivação do seu evento responsáveis políticos, de âmbito nacional, cativando o Governo e respetiva tutela, a Associação Nacional de Municípios, ANAFRE, também de âmbito regional, como a CCDRN, as Comunidades Intermunicipais, e, naturalmente, as nossas instituições e eleitos locais.

A ser possível a sua concretização, creio que seria um marco assinalável para Mirandela, levar a cabo tais comemorações, que para além de assinalar a efeméride, propriamente dita, poderia reunir, em torno de si, elementos agregadores de responsabilidade política.

Poder-se-ia nessa data, realizar a nossa sessão da Assembleia Municipal de dezembro, permitindo, por essa via, a participação de todos nós, atribuindo-lhe mesmo o Estatuto de Sessão Solene, bem como realizar um espaço de reflexão política, proporcionando a discussão daquilo que é hoje o nosso Poder local autónomo, como conquista democrática, aquilo que representou em termos de desenvolvimento das comunidades locais, mas também o que são hoje os novos desafios da Governação Local.

Senhor Presidente,

Penso que esta realização seria uma forma de unir esforços em favor de um maior cumprimento efetivo das responsabilidades políticas e cívicas e promover a participação cívica na vida das comunidades.

Levar a cabo uma autêntica celebração do Poder Local, convidando à sua participação, Associações e Instituições locais, bem como alunos e escolas estimulando a sua intervenção, e proporcionando o contacto com as instituições de governo local, num envolvimento cívico gerador da sua coesão coletiva.

Tenho a certeza que contará com o envolvimento e entrega de todos nós que aqui desempenhamos funções políticas locais, entre os quais me incluo, a contribuir para um momento assinalável e que poderá colocar Mirandela no centro de um momento ímpar.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Uma vez mais, muito bom dia a todos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Público e Comunicação Social.

Uma saudação especial neste dia surge num momento atípico do nosso dia a dia, das nossas atividades autárquicas, uma vez que teremos eleições no dia quatro o que nos leva também a algumas reflexões.

Quando me desloco entre Lisboa e Mirandela, a ânsia de regressar a casa e regressar à minha terra, faz-me pensar mais na minha terra do que nestas questões metafísicas. Se calhar é de mim, porque aqueles que andam mais preocupados com as questões metafísicas, ou com o transporte que os traz a esta Assembleia, de vez em quando, se calhar deviam pensar mais nouro tipo de questões.

Relativamente às questões colocadas à Câmara Municipal, que de alguma forma possam ser da sua responsabilidade, começaria por responder ao Sr. Carlos *Fraga*, em relação aos móveis em ruínas.

O problema que noticiou, infelizmente não é único, é um caso que está associado a toda a zona histórica de Mirandela, que foi na última Assembleia, aprovada uma área de reabilitação urbana que tem uma delimitação.

Essa área de reabilitação urbana tem um enquadramento legal e está associado a um processo de criação de um plano estratégico de desenvolvimento urbano, em fase de conclusão e de um plano de reabilitação cuja candidatura vai ser apresentada no dia 30 de setembro.

Nessa candidatura, além dos edifícios públicos que temos já identificados, irá também ser criado um mecanismo, agora previsto na legislação, para possibilitar aos privados recorrerem a alguns mecanismos de financiamento. É um fundo que está neste momento a ser criado, que terá uma componente de financiamento público comunitário, uma componente de financiamento do ponto de vista bancário e ainda de outro sindicato bancário europeu, que permitirá de alguma forma tentar aliviar estas questões.

De qualquer da maneira, não será fácil, porque há logo um problema associado a este vetor, que é o problema do respeito pela propriedade.

Nesse sentido, a constituição da ARU (Área de Reabilitação Urbana), irá permitir mecanismos, nomeadamente de venda forçada ou até expropriação forçada.

Tive oportunidade de já ter falado nisso aqui, que poderá levar a mecanismos de intervenção, admitindo a existência de dificuldades, numa propriedade que não é nossa.

Também é preciso chamar a atenção, que hoje mesmo, iremos repetir aqui a proposta que fizemos no ano passado em relação aos prédios devolutos, penalizando fiscalmente os edifícios degradados para que os seus proprietários se movimentem.

Estamos a trabalhar para isso. Espero brevemente apresentar a candidatura. Logo que obtemos resposta iremos apresentar esse plano publicamente.

Em relação à Doutora Isabel Barreira, tenho que lhe dizer, que este é um tema que ao Presidente da Câmara Municipal de Mirandela lhe diz muito pouco. Lembro-me quando essa linha era financiada num milhão e meio de €. Foi quando ela foi suspensa.

A linha de Bragança de avião custava um milhão e meio de € / ano ao erário público, isto é, alguém tomou a opção de financiar essa linha para que provavelmente algumas pessoas que têm necessidade de se deslocar pontualmente à nossa região pudessem vir de vez em quando às sessões da Assembleia Municipal ou então visitar a família num fim de semana, porque efetivamente não havia.

Nesse sentido, tenho pena que esse milhão e meio de €, não tenha sido aplicado para financiar outro tipo de atividades de transportes regionais, que deviam ser subsidiados e que podiam apoiar o desenvolvimento regional.

Assim, a minha resposta em relação a essa questão é que, do ponto de vista estratégico para a região, a solução que neste momento foi reclamada, (na minha opinião), pouco ou nada irá acrescentar, principalmente o modelo em que está. Se têm financiado a Linha do Tua, com um milhão e meio de € por ano, há alguns anos, ela não tinha encerrado.

No entanto tivemos durante vários anos esta linha aérea a ser financiada. Não me pergunte o que vai acontecer e não descarregue em cima da Câmara Municipal de Mirandela, porque a minha posição é muito clara. Nunca me ouviu reclamar esta linha e nunca a reclamarei.

Em relação ao Engenheiro *Baltazar*, saudar o seu regresso, é sempre um prazer tê-lo aqui, porque realmente eleva a discussão, se bem que algumas questões não são direcionadas para nós.

Gostaria de lhe responder natural e concretamente, a algumas questões.

A questão do Serviço Nacional de Saúde:

Não vou entrar nessa Contabilidade, mas temos que ser sérios e obter informação. Dou-lhe a informação, que é a séria.

O mesmo *outsourcing* que hoje está dentro do Hospital Terra Quente, estava em frente ao Hospital Distrital de Mirandela, em frente, eu repito “ao Hospital Distrital de Mirandela”, uma empresa chamada ELETRÃO, que apenas foi transportada para dentro do Hospital Terra Quente.

A grande diferença que existe hoje, é que na altura as ambulâncias passavam em frente à Empresa ELETRÃO, que tem um contrato com a ULSN - Unidade Local de Saúde do Nordeste e quando passavam em frente iam para Macedo.

É esta a grande diferença. Nessa altura, por algum motivo, não me pergunte qual, acontecia que as pessoas iam a Macedo, tendo do lado de lá da estrada, o *outsourcing* que tinha sido contratado...se calhar foi o PSD que o contratou, já agora... se calhar somos nós responsáveis por tudo.

A verdade é que - para sermos justos - é fácil obter essa informação hoje e até se calhar, nem sequer é informação privilegiada. Este milhão e duzentos e cinquenta mil € que hoje vão ser entregues acompanha os cerca de 30 milhões € que nos dois últimos exercícios, de 2013 e 2014, eu repito “os cerca de 30 milhões que foram acrescentados ao Orçamento da ULSN, são para pagar as dívidas que foram contraídas no tempo do Partido Socialista”. Quem sabe ler o Relatório de Contas, consegue ver as receitas extraordinárias que lá foram colocadas por este Governo. É preciso ser sério quando falamos da ULSN.

De quem foi a opção política? Já não falo sequer de maternidades, de juntar em ULSs. e criar um conceito de ULSs.? Não foi o PSD.

A preocupação da saúde, é efetivamente uma preocupação regional e julgo que deve ser um desígnio regional, na junção daquilo que são as nossas aspirações e as nossas necessidades, do ponto de vista político. Aí sim, eu estou disponível para um debate sobre isso. Estou disponível para pôr em cima da mesa quais são as vantagens e as desvantagens de todos os equipamentos, públicos e privados, que estão no nosso concelho e na nossa região.

Agora, não vamos confundir uma coisa com a outra. Lamento que ainda hoje e já tive a oportunidade de dizer em público e repito-o todos os dias, que uma grávida da nossa região tenha que ir ao Porto fazer uma ecografia morfológica a um *outsourcing* do Porto, quando podíamos ter essa disponibilidade em Mirandela.

Pergunte às grávidas da nossa região, se preferem ir ao Porto ou se preferem fazer em Mirandela esse mesmo exame, fora do Hospital, mas num *outsourcing* local?

Não vamos confundir. É necessário melhorar, é verdade. Mas quem é que tem colocado o dinheiro nesta ULSn, para ela poder estabilizar? Quem é que tem lutado, efetivamente, para que exista uma melhoria dos serviços? Já agora vão ver a média de intervenções de ambulatório que estão a ser feitas, hoje em dia, no Hospital de Mirandela.

O Hospital de Mirandela vai fazer nos próximos tempos, 700, repito 700 “catarratas”, de listas de espera de fora da região, não é da região. Estamos a “limpar” neste momento, as listas de espera de fora da região, o que significa que hoje, 86% das pessoas que têm intervenções cirúrgicas são feitas em Mirandela no nosso Hospital.

O propósito de críticas devo dizer-lhe, que a ausência de uma USF (Unidade de Saúde Familiar) em Mirandela - que já foi candidata e ainda não foi aprovada - esta administração ainda não lhe deu uma resposta e digo-o em público sempre que for necessário. Por isso, quando for necessário criticar também o faço com toda a frontalidade.

É necessário um responsável no Hospital de Mirandela. Não existe neste momento um responsável do Hospital. O Hospital deve ter um diretor. Desde há longo tempo que não existe esse diretor - já o reclamei várias vezes. É necessário haver manutenção em vários locais, é necessário melhorar a medicina interna, é necessário melhorar a entrada à receção das urgências. Está identificado e reclamá-lo-ei sempre

Recordo que esta semana foi publicado um ranking de uma avaliação, feito pela Escola Pública de Saúde e a ULSN ficou em 10º lugar.

Sobre o estacionamento tarifado, ouvi falar aqui em imprensa. Não compreendi. Eu desafiava o Senhor Engenheiro Baltazar a ler o Terra Quente de há dois ou três anos atrás. Tivemos manifestações, repito, “manifestações” de comerciantes na rua, recebemos uma vez mais de trinta comerciantes no meu Gabinete a reclamar o estacionamento tarifado.

Aliás, tivemos diversos atrasos na implementação, porque do ponto de vista legal, andámos a ajustar os locais. Mas sempre que esta questão se colocava, já quando estava em discussão pública o estacionamento tarifado, os comerciantes de Mirandela reclamavam o estacionamento tarifado. Portanto, deve haver aqui uma dissonância em relação ao que ouvem uns e ao que ouvem outros.

A implementação do estacionamento tarifado também não tem só esse objetivo. A Câmara Municipal faz o estacionamento tarifado desde 2007, quando fez um Plano de Mobilidade Sustentável, onde determinou um conjunto de linhas.

E o estacionamento tarifado tem duas opções: uma delas é o apoio ao urbanismo comercial. Essa repito, foi reclamada nos órgãos de comunicação social em Mirandela, não uma, não duas, mas várias vezes, como disse, manifestações de comerciantes na rua. Eu não conheço democracia participativa mais direta do que esta.

O estacionamento tarifado tem também como objetivo, retirar viaturas dos Centros Históricos. No Plano de Mobilidade e na candidatura que agora estamos a terminar, temos outras opções, como por exemplo: concretizar a zona 30, reduzindo a velocidade e neste momento já se fala em zona 10, reduzindo as velocidades em zonas históricas, para 10 km / hora. Isto tem a ver, não com uma questão de estacionamento tarifado, não por uma questão de receitas, mas com uma questão de estratégia e principalmente de conceitos, que hoje em dia têm que ser defendidos para a qualidade ambiental das cidades.

Quando falamos destas questões das emissões, pensam logo: “Mirandela...o Presidente da Câmara deve estar doido, porque realmente, nós vivemos num ambiente maravilhoso”. Porém, Mirandela tem no cômputo da nossa Comunidade Intermunicipal, um número de emissões que nos obriga a repensar a utilização de carros na zona histórica.

Sendo assim, o estacionamento tarifado, não vamos ligá-lo a uma questão comercial.

E já agora, também por uma questão de informação e quando falamos de comércio, seria importante ver o que tem feito o nosso Gabinete de Apoio à Empresa e ao Empreendedor e quantos comércios estão neste momento nas zonas comerciais de Mirandela, com o apoio nas suas rendas pela Câmara Municipal. Era importante que esse dado também aqui fosse dito.

Neste momento, rara é a reunião de Câmara em que não existe a iniciativa de abertura de uma nova unidade comercial em vários locais.

E hoje, qualquer comerciante que queira, na zona comercial de Mirandela abrir uma unidade nova, naturalmente, devidamente fundamentada, avaliada e justificada, é objeto de um apoio para a sua instalação e para a sua renda e isto é que é apoiar o comércio local.

Em relação ao José António Ferreira, dizer-lhe que saúdo de forma veemente e pessoal e institucional esta iniciativa. Julgo que é a oportunidade de refletirmos efetivamente sobre o papel das Autarquias e do que tem sido o poder local ao longo dos últimos anos. Surgindo nesta altura e trabalhando em conjunto, a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal e trazendo outras entidades, podemos trazer para Mirandela uma iniciativa de debate bastante interessante.

Da minha parte e assumindo essa disponibilidade, depois do dia 4 de outubro, como é evidente, irei iniciar todos os contactos que sejam possíveis, - eu também faço parte do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios - também irei, através desses contactos tentar envolver a Associação Nacional de Municípios e tentarmos, certamente, fazer um programa, que sugeriria eu, na próxima Assembleia de dezembro, pudesse ser lançado um programa, não só um programa para o dia 12 de dezembro de 2016, mas um programa anual que pudesse envolver diversas atividades da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal e das entidades que aqui manifestou e penso que seria uma boa oportunidade até, de criar fóruns de debate. Teremos eleições para a Presidência da República apenas em janeiro ou fevereiro e depois não teremos eleições durante um período mais ou menos alargado até esta conclusão, o que nos permite também libertarmo-nos desta carga que hoje em dia aqui temos associada aos temas mais genéricos, mais gerais e em alguns casos, mais metafísicos, como aqui foram transmitidos.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Baltazar Aguiar (PS) disse:**

Queria em primeiro lugar, agradecer ao Senhor Presidente da Câmara as suas palavras, em relação a mim. No entanto usa sempre e muito, a expressão “temos que ser verdadeiros e temos que ser honestos”, como se os outros não o fossem. E durante a sua intervenção, várias vezes disse, “temos que ser verdadeiros, temos que ser honestos”.

Já agora, Senhor Presidente deixava-lhe só uma pergunta: Já agora que temos de ser verdadeiros e que temos de ser honestos, quem é que criou o Sistema Ambulatório?

Na segunda questão eu referi-me unicamente ao equipamento da TAC. Obviamente que eu sei e todo o Mirandense sabe, que o *outsourcing* estava do outro lado da rua.

Eu refiro-me a um equipamento que por não se fazer a reparação, que custa 80 Mil €, uma ampola qualquer, durante estes quatro anos, já custou “ene” vezes o valor dessa ampola.

Também lhe queria dizer, que ninguém está distraído em relação ao estacionamento tarifado, porque a minha achega vem no sentido de melhorar.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

É só para dizer e agradecer ao Senhor Engenheiro Baltazar, peço desculpa, mas as minhas expressões não foram, não são e nunca serão de forma alguma, ofensivas que ponham em causa a honestidade seja de quem for, muito antes pelo contrário, será a forma como me manifesto e também gosto, quando utilizamos expressões como transparência e outras que aí oço, eu assumo e tenho que assumir por honestidade intelectual, que também não se estará a referir a mim, por eu ter que aqui defender a minha honra.

Por isso, estamos no mesmo nível nesse aspeto. Quando usa as expressões que às vezes quer utilizar, eu sei sempre que as está a apontar para outro lado qualquer e não é para mim, pelo que as deixo passar naturalmente.

Respondendo concretamente à sua pergunta, a qual agradeço.

Quem criou a Unidade Ambulatória em Mirandela, quem decidiu a sua criação e a sua construção, foi o Candidato do PSD, Cabeça de Lista por Bragança, na altura Secretário de Estado da Saúde, que decidiu, no tempo em que o Senhor Engenheiro *Guedes Marques* Diretor de Departamento desta Câmara Municipal de Mirandela era Presidente do Conselho de Administração – na altura – do Hospital Distrital de Mirandela. Foi decidida a execução desta obra, repito, pelo Senhor Deputado *Adão e Silva*, hoje Candidato e Cabeça de Lista por Bragança, pelo PSD, na altura Secretário de Estado da Saúde.

Ordem do Dia

4 – Período da Ordem do Dia.

4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Ponto 4.1, Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara. Senhores Deputados estão abertas as inscrições.

São quatro inscrições, dos Senhores Deputados: *Carlos Fraga; Dinis Veiga; Faustino Cunha e Odete Ferreira.*

A palavra ao Senhor Deputado *Carlos Fraga.*

----- **O Senhor Deputado Municipal, Carlos Fraga (Independente PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sobre este assunto, a Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, que vem resumida em 57 páginas, que naturalmente são do conhecimento de todos, só queria telegraficamente fazer aqui duas referências:

Uma específica, congratular-me com o Campo de Treinos Desportivos de Mirandela, que está em pleno funcionamento, que era necessário e que está a servir uma série de praticantes na área do desporto de federados e de não federados e serve coletividades.

Embora sacrificando aquela área de um outro património, como em tempos foi aqui referido por um outro colega Deputado nesta Assembleia. De qualquer maneira, considerar meritório, positivo, benéfico e uma mais-valia para a cidade e para o concelho.

Nessa inauguração, no passado dia 28 de agosto, teve a presença do Senhor Secretário de Estado da Juventude e Desporto, que aproveitou também para visitar mais algumas associações e coletividades, que funcionam naquelas imediações deste Campo de Treino Desportivo.

Só uma correção, porque diz aqui: “no âmbito desta inauguração, o Secretário de Estado da Juventude e Desporto, teve ainda a oportunidade de visitar também no recinto da Reginorde”...deixem lá a Reginorde, pelos vistos de má memória, já morreu, já foi sepultada... Infelizmente, digo eu. Não é recinto da Reginorde, não fui eu que na entrada principal do recinto, coloquei a placa. Foi colocada quando o Executivo era liderado pelo PSD, numa célebre visita do então Senhor Presidente da República, Doutor Mário Soares, numa das Presidências Abertas, feitas ao nosso Distrito e foi a Câmara Municipal da altura que tomou a iniciativa. “Parque de Exposições Doutor Mário Soares, Presidente da República, 1987”, ainda hoje lá está.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, que ninguém fique melindrado com isto, mas é a verdade que deve ser reposta e que deve ser dita e não nos envergonharmos disso.

A segunda referência nesta Informação do Senhor Presidente da Câmara apraz-me também registar aqui com agrado, quando faz alusão às festas que houve recentemente pelo primeiro fim de semana de setembro, festas em honra da Senhora do Ó, na margem direita do Rio Tua, onde eu resido já há muitos anos e também de outras festas e de outros eventos que decorreram nas aldeias e nas Juntas de Freguesias. Naturalmente é de louvar o empenho de todos os que levam a cabo essas iniciativas.

Também para repor a verdade, quando se dá esta informação das Festas em honra de Nossa Senhora do Ó, “organizada por um grupo de munícipes de Golfeiras”, não é só de Golfeiras, é da margem direita do Rio Tua. A Capela, de facto está inserida no Largo do Terreiro em Golfeiras, mas não é só Golfeiras: É Golfeiras, é Entre Vinhas, é o Miradouro, é o Loteamento Tua Sol, é toda a Margem Direita do Rio Tua.

Mas o que interessa é ter levado a bom porto, este evento e já agora fica também aqui a correção, diz “que se uniram em esforços, para manter viva a tradição e homenagear a sua padroeira”. Não é a Padroeira, Nossa Senhora do Ó. Com o devido respeito, tem veneração por todos nós que vivemos naquela área geográfica da cidade, mas o Padroeiro da Paróquia de S. Bento, é S. Bento, que é Padroeiro da Paróquia, é Padroeiro da Diocese e é Padroeiro da Europa.

Realçar por último, ainda sobre este assunto, também é bom dizê-lo, que a Comissão que com este evento terminou funções, que mais trabalhou, foi unicamente e exclusivamente composta por Senhoras, que souberam comportar-se à altura e cá vem aquele ditado “Seja homem, seja mulher, vem cá do fundo esta verdade, a todos o mesmo direito e a todos a mesma igualdade”.

E as mulheres não estiveram nem à frente, nem atrás do serviço dos homens, estiveram lado ao lado, digamos assim.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Faustino Cunha (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação à Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, quero apenas referir-me brevemente a três situações:

Uma delas, no aspeto da formação. Há aqui uma referência a 10 ações de formação em que a Câmara Municipal participou, 9 são de uma empresa Forminho.

Eu não sei se isto é uma nova versão Tecnoforma, ou se é apenas uma simples e mera coincidência.

No que respeita ao tratamento das reclamações, sugestões, etc., eu também não percebi nada do que está aqui. Está aqui escrito que houve 35 comunicações, mas não aparece nenhum resultado do tratamento, nem se eram justificadas, não justificadas, não me parece que seja bem apresentado.

No que respeita à terceira questão, é apenas um simples alerta, ou um pedido de esclarecimento.

Na informação da situação financeira do Município de Mirandela, que todos tiveram conhecimento, eu estive a analisar a mesma informação relativa ao mesmo período de 2014.

E o que é que noto? Enquanto o Orçamento Previsional da Despesa para 2015 é de 36 Milhões €, para 2014, era de 35,6 Milhões €, portanto, era equivalente.

Mas os compromissos assumidos em 2015 são de 32,2 Milhões €, enquanto que em 2014 eram de 23,3 Milhões de Euros.

Espero voltar a este assunto no próximo ponto da Agenda, mas de qualquer forma gostaria que fosse esclarecido, o que houve para este aumento de responsabilidades assumidas no período de 2015.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Dinis Veiga (PSD) disse:**

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Recebemos uma vasta informação. Quem a leu, ficou a saber o que realmente se fez neste período. Portanto a oposição não se poderá queixar deste ponto.

No entanto eu quero destacar alguns pontos dessa informação:

- Os 132 anos dos Bombeiros Voluntários de Mirandela;

- O 26.º Aniversário da Vila de Torre de Dona Chama;

- Continuamos a ser o concelho com alunos campeões, o que revela a qualidade do nosso ensino nas nossas escolas, apesar de se dizer que se está a prejudicar com o ensino público;

- *José Guilherme Matos*, entre os oito melhores nas Olimpíadas Portuguesas de Biologia - eram 16.000 participantes;
- *Inês Pereira, Beatriz Costa, Maria Miranda e Carolina Alves*, venceram a fase final do concurso “Isto é uma ideia 2015” promovido pelo Centro Tecnológico CITEVE e pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial;
- Os alunos do curso de Mecatrónica da EPA – Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais, que alcançaram o 1.º lugar no concurso de Protótipos Tecnológicos - APTIPRO 2015, atribuído por um júri, constituído por elementos de empresas multinacionais de renome em áreas de automação industrial, que apreciaram um robot agrícola construído a partir de um trator em fim de vida e que elimina por completo o risco de esmagamento do operador em situação de reviramento;
- *Joana Nunes*, ex aluna da Esproarte, foi selecionada para integrar a Orquestra XXI, que reúne em Portugal 100 músicos que exercem a sua atividade em orquestras no estrangeiro.

Em primeiro lugar um grande agradecimento a estes jovens que tão longe têm levado o nome de Mirandela.

Em segundo lugar, mostrar a qualidade do ensino das várias escolas de Mirandela, bem como o empenho do Agrupamento de Escolas, dos Professores e de toda a comunidade educativa na formação dos alunos.

A todos o nosso obrigado.

Por esta razão de sermos os melhores entre os melhores e pela degradação do Parque Escolar. O Parque Escolar de Mirandela vai ter mais de 5,5 Milhões de € de investimento. É mais uma vitória deste Executivo, para juntar à da construção das Novas Instalações do IPB, quase concluídas em que a Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo que preencheu as suas vagas logo na 1.ª Fase de Concurso, aumentando no total mais 43 vagas, o que revela o bom desempenho da instituição, reconhecido recentemente como o melhor Politécnico e a 7.ª melhor instituição do Ensino Superior do País.

Entrada em vigor do novo PDM, que demorou 12 anos, o que demonstra bem a complexidade técnica em que foram envolvidas 30 entidades até à sua conclusão;

- Continuação da recuperação da arte sacra em várias igrejas como seja em Valongo das Meadas e em S. Pedro Velho, bem como uma Casa Mortuária de Vilar de Ledra;
- Inauguração do Lar Residencial da APPACDM, com uma capacidade para 25 utentes;
- Gabinete de Apoio ao Município em Torre de Dona Chama;
- Aprovação da redução do IMI para famílias com dependentes a cargo;

Por último quero-me referir ao Doutor *José Silvano*, ex-autarca Mirandense que exerceu funções de Presidente da Câmara Municipal de Mirandela de 1996 a 2011 (15 anos), que foi agraciado com o Grau de Comendador da Ordem do Mérito em 27 de julho de 2015.

Muitos dos que com ele trabalharam, ainda estão aqui para continuar a atingir o único objetivo que tinha “o desenvolvimento e progresso do nosso concelho” e para ajudar a sua eleição para a Assembleia da República e assim termos uma voz de Mirandela, sempre pronto a ajudar em resolver os problemas que possam aparecer e relacionados com Mirandela.

----- **A Senhora Deputada Municipal, Odete Ferreira (PS) disse:**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e restante Vereadores, Excelentíssimos Senhores Membros da Assembleia Municipal, meus Senhores e minhas Senhoras, muito bom dia.

Vou tentar ser lapidar nos pontos.

Já não é a primeira vez que aqui refiro, mas volto à carga. Logo na página um, na 2.ª linha, é-nos dito que esta informação diz respeito à atividade do Município.

Eu não tenho o quadro legal onde isto está informado, mas mesmo que esta atividade do Município englobe toda a atividade, quer a municipal, quer a da sociedade civil, entendo que para melhor leitura e apreciação, devia estar estruturado de outra forma. Não era preciso ser analítica, porque repete aquilo que vem nas *Newletters*, na Agenda que eu vou acompanhando. Se fosse uma grelha em que estivesse separada a atividade da responsabilidade da Autarquia e a atividade da sociedade civil - aqui englobo associações e todo o pulsar, que é um pulsar vivo, é um pleonasma, de qualquer maneira entendo usá-lo.

Como são imensos os sucessos que nos são aqui reescritos, porque já estão escritos noutros documentos, congratulamo-nos com todos esses sucessos dos jovens mirandenses, sejam mais jovens ou já em fase adulta. É sinal que a região, embora seja pobre de recursos tem gente de valor, como já não é novidade para ninguém.

Depois queria fazer uma intervenção global que diz respeito à defesa da qualidade ambiental e que eu junto em vários pontos:

A questão do papel, a questão dos monstros, a questão do escoamento das águas pluviais, ou seja, tudo isto que tem a ver com o ambiente.

De vez em quando eu vou procedendo à reorganização do meu espaço, à libertação daquilo que tem mesmo que ser libertado, que não é necessário.

Dirigi-me há pouco tempo à Loja Ponto Já, para saber exatamente o que é que interessava levar, no respeitante a manuais, porque não quero tirar o “lixo” da minha casa e colocá-lo noutro espaço. Era simples, mas o meu discernimento não mo permite fazer.

Portanto, sei que a troca de livros, a partilha, já defendida há muito tempo, deve ser feita com conta, peso e medida, isto é, só se devem deixar os manuais que são adotados, porque senão terão que sair dali, não servem para nada, não sei o que depois a Câmara Municipal lhes faz, deve-os levar para a recolha ecopontos, nem é isso que está em causa, mas eu preocupe-me e deixei apenas os manuais que poderiam ser levantados, porque são os adotados nas escolas. Os restantes, só enchem aquele espaço e não são necessários. E isso devia passar mais veementemente para a população, porque eu acho que há muita gente vai lá entregar manuais e não têm essa preocupação.



Eu estou a falar só de manuais, porque foi algo que eu tive necessidade de fazer há muito pouco tempo.

Relativamente à recolha de monstros domésticos, louvo a iniciativa e espero que realmente não fiquem por aí ao abandono, porque eu tenho sempre receio que se tirem as coisas de um lado e depois não sei muito bem para onde vão...será que podemos mesmo confiar nessas empresas? Nunca é demais, eu e todos nós que nos preocupamos com o ambiente, termos essas certezas, se de facto há uma efetiva reutilização e reciclagem.

Depois achei bem e estive atenta, a intervenção na Avenida 25 de Abril que tinha a ver com o escoamento das águas pluviais, que realmente ali era um charco. Houve já umas chuvas com alguma intensidade e reparei que escoam, mas pareceu-me que não foi tão célere quanto isso. Estava à espera que fosse mais célere esse escoamento. Um pouco mais atrás, pareceu-me, (mas eu não sou técnica) que ainda havia alguma dificuldade em a água escorrer e suponho que ligam a outro ponto e que essas sarjetas já estão ligadas para o rio e não para a rede de saneamento, porque pensei na minha casa. A Câmara vai fazer a inspeção sobre ligações ilegais de escoamento de águas pluviais à rede de saneamento e não ao rio.

Eu suponho que a minha casa está em conformidade, ela foi feita com todos os requisitos, mas chamou-me a atenção. Espero que esteja dentro da lei. Eu sou acérrima defensora do ambiente, naquilo que eu posso fazer e não quero estar em incumprimento.

Por último, mas importante, eu já o referi noutras Assembleias e questionei o que é que se pretendia para o espaço da ainda designada Reginorde e disse mesmo que era preciso alterar o nome, porque já não tem qualquer razão de ser.

Estive na inauguração, apesar do intenso calor, gostei do que vi e continuo a dizer, o que é que se pretende para aquele espaço? Maioritariamente tem a Esquadra, tem aquela parte Norte que quase podia ser dividida, tem a Feira...se calhar um espaço multiusos, não sei...

Era bom que definitivamente se pensasse agora globalmente, naquele espaço. É um espaço nobre, que todos reconhecemos, um espaço muito central.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Baltazar Aguiar (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito rapidamente, queria-me associar com um aplauso àquilo que já foi dito aqui pelos Deputados anteriores em relação aos prémios obtidos pelos alunos da Escola Secundária de Mirandela e sobretudo o meu profundo aplauso.

Mas Trás-os-Montes tem desde sempre, dado figuras ilustres, gente que tem rompido o anonimato e que tem conseguido ir além de todos os outros.

Que eu sempre recordo o Eng.º *Camilo de Mendonça* como paradigma disso, mas o mais importante para mim ou tão importante quanto isso, é dizer e a grande maioria dos alunos e a Escola na sua totalidade. E de facto como eu não estou muito ligado a essa área, é pena que o Professor Dinis não esteja aqui, porque aproveitou isso para fazer o elogio das políticas do PSD, para dizer qual era o ranking da Escola de Mirandela.

Se alguém me souber dizer, eu agradecia, porque figuras ilustres, gente que rompeu o anonimato, gente que se impôs, sempre e em toda a história tivemos.

Para mim, o meu preferido, devo aqui dizer, continua a ser o Engenheiro *Camilo de Mendonça* e creio que tem sido muito esquecido, por quem até não o devia esquecer.

Mas importa-me é a maioria da Escola, alguém me sabe dizer, o Professor Dinis não está, portanto passemos à frente...

Por outro lado vou-me pronunciar sobre duas informações orais do Senhor Presidente da Câmara.

Da mesma maneira que há uns anos atrás não associei a sua voz à banda larga, eu não me esqueci e não me esqueço, também agora fiquei a saber que também não associa a sua voz ao avião e devo dizer que elevo as suas palavras em função do período que agora atravessamos, ao dizer que, pois os pobres, ninguém anda de avião, portanto também eu filtro as suas afirmações por aí, mas devo dizer que associando estas duas situações, isto quer dizer uma mensagem que devo refletir sobre continuar a investir em Mirandela e sobre continuar a criar postos de trabalho em Mirandela.

A terceira questão vem sobre o ambulatório, as nossas fontes, definitivamente não são as mesmas. Eu percebo o puxa para cá e o puxa para lá.

Mas tenho aqui a notícia do Público, de 22 de janeiro de 2008, que diz: “A *Comissão Nacional para o Desenvolvimento de Cirurgia de Ambulatório (CNDCA)*, vai propor ao Ministério da Saúde, a localização da Unidade de Cirurgia de Ambulatório, em Mirandela.”

As nossas fontes definitivamente não são as mesmas, mas também e gostava de dizer aqui, em função daquele à parte, há pouco, do Professor Dinis: haja ao menos neste défice democrático, respeito pela história. A história diz direito a todos nós, aquela que é boa ou a que não é boa. Devemos respeitar igualmente aquela que gostamos e aquela que não gostamos, aquela a quem batemos palmas e aquela a quem assobiamos, mas toda ela faz parte da nossa história.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu acho que a Informação do Presidente, pelos vistos ainda é pouco extensa, porque nos permite debater outros assuntos e eu julgo que é de começar a alargar esta questão, uma vez que com esta liberdade da Mesa para nós debatermos assuntos recorrentes, podemos estar aqui o resto da manhã e falar de todas as questões.

Eu tentarei ser mais descritivo e passar a partir de agora, na Informação do Presidente, a dizer a opinião do Presidente. Se calhar é uma forma também de aqui refletirmos um pouco sobre essa liderança de opinião, que pelos vistos me reconhecem.

Ao Deputado Carlos Fraga, dizer o seguinte:

Eu tenho que concordar consigo, porque nós temos dois casos em Mirandela, este não é o único.

O Pavilhão Inatel é o Pavilhão *José Pina*, foi assim nomeado na altura e foi assim decidido e a verdade é que não há ninguém que o designe de “Pavilhão *José Pina*”, toda a gente lhe chama “Pavilhão Inatel.”

E o Parque de Exposições é normalmente designado por “Reginorde”, mas o Pavilhão, é “Reginorde” e há de continuar a ser Reginorde e é o Pavilhão Reginorde, nem que seja por uma questão de memória, que a memória também é importante.

Mas considero e concordo, que existindo uma decisão no passado, devidamente fundamentada e até titulada pelo seu registo, seria por uma questão de justiça, o Parque de Exposições, começar a ser designado por “Parque de Exposições Doutor *Mário Soares*” e o Pavilhão, por “Pavilhão Reginorde” porque sempre foi assim designado. E também o Pavilhão Inatel começar a ter o nome do “*José Pina*.”

Ao Deputado *Faustino Cunha*, dizer o seguinte:

Essa formação que está a referir é uma formação que é feita no âmbito da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana à qual nós pertencemos. São candidaturas normalmente apresentadas por uma entidade formadora e que, neste caso, é a entidade formadora que apresenta uma candidatura e que está a fazer todas essas ações de formação para todas as Câmaras Municipais. Não sei se é titular ou não da Tecnoforma, não posso informá-lo sobre essa questão, mas pelo menos posso-lhe garantir que brevemente teremos outras empresas, porque normalmente são financiamentos a 100% que são propostos às Associações. É feito um plano inicialmente e depois esta empresa, será uma das empresas que fará este trabalho.

Não tenho outra explicação que não seja esta.

Sobre as reclamações, eu irei olhar para a informação e tentar ver se conseguimos transmitir.

Como sabem, a Câmara Municipal está certificada e um dos procedimentos mais rigorosos é o procedimento da reclamação.

As reclamações são registadas nas suas mais diversas plataformas, temos um prazo para responder e todas elas têm que ser respondidas dentro desse prazo do procedimento.

Efetivamente há reclamações que terão fundamento, há reclamações que não terão fundamento, isto, do ponto de vista concreto, não vem aqui. Nós aqui, apenas registamos o número de reclamações.

De qualquer maneira, do ponto de vista do procedimento, todas as reclamações são registadas pela Câmara Municipal, todas as reclamações são respondidas e os prazos são efetivamente cumpridos.

Quanto ao registo do Compromisso, que é o que surge aqui, é um mecanismo financeiro de controle e avaliação. Dou-lhe um exemplo: Temos no final desta Assembleia dois acordos de pagamento que foram alterados. Esses acordos de pagamento, no momento em que forem aprovados definitivamente, passarão a compromissos nos termos dos prazos que estão definidos.

Neste espaço de tempo, eles são registados integralmente e então nós ficamos com os compromissos naquele valor.

Isto acontece por exemplo nas obras. As obras se fossem registadas em termos de compromisso, todas elas de forma bruta, o que acontecia era que uma obra como é a EsACT (Escola Superior de Administração, Comunicação e Turismo), eram 5 Milhões €, e ficava registado o compromisso.

Hoje, nós jogamos com essa gestão dos compromissos, porque a Lei dos Compromissos assim nos obriga, mas o que conta é a execução ao final do mês, do semestre, ou do ano e é com essas contas que nós nos titulamos.

Quando há esse registo de compromissos, como digo, pode ocorrer por vários motivos. Neste caso eu até deduzo que seja pelos acordos que temos a decorrer.

Repare: que tendo em conta que no ano de 2014 a que se refere este período, nós não tínhamos por exemplo um volume de obras que entretanto foi concretizado em 2015 e definitivamente, que deu origem ao empréstimo de Curto Prazo de 3 Milhões € que tivemos e que não estava provisionado e desaparece no final deste ano.

À Deputada *Odete Ferreira* dizer que em relação à “Loja Ponto Já”, os manuais são recolhidos na “Loja Ponto Já” e são distribuídos infelizmente menos do que o que será possível, porque há esta questão que continua... Ainda hoje tive uma reclamação de uma mãe sobre o manual de Inglês que foi entregue à criança. A Professora diz que não serve...mas esse é um problema cultural.

Este ano a Câmara Municipal já conseguiu distribuir 564 manuais. Os manuais que não são entregues, temos um Protocolo e estamos a enviá-los para a Guiné Bissau e também para outros pedidos que temos, porque também em termos de rede, depois há solicitações.

Normalmente, os manuais são aproveitados, a menos que estejam em condições de degradação tal que não permitem a sua reutilização, sendo enviados para reciclagem.

Quanto à recolha: A recolha é seletiva, não na área de Mirandela, mas na área da Resíduos do Nordeste. Tem regras próprias e específicas. É feita através dos Ecopontos e através dos Ecocentros e todo esse material é levado para o Parque Ambiental dos Urjais, onde é devidamente triado, devidamente catalogado e devidamente vendido. Pode estar perfeitamente segura em relação aos percursos que hoje em dia são feitos de tudo o que é a recolha.

Em relação aos monstros: Todos os monstros que são recolhidos dependente do nível. Por exemplo, se for eletrodoméstico, já vai para o Parque Ambiental, porque a Resíduos da Nordeste já tem um Protocolo com a entidade que faz a gestão dos elétricos para fazerem essa recolha.

Em relação á intervenção na 25 de abril, não foi uma intervenção só de escoamento daquelas águas pluviais que ali ocorriam, por debaixo daqueles edifícios, existe há longos anos uma ribeira, que foi na altura soterrada e quando nós construímos a escola, descobrimos que os coletores estavam num estado bastante degradado e nesse sentido, foi decidido fazer aquela intervenção de emergência, porque os coletores que passavam quer na 25 de abril, quer por debaixo dos edifícios, estavam em situações preocupantes. Já as águas pluviais que estavam ligadas a estes coletores estão apontadas para uma ribeira.

Nós temos vindo a indicar todas as águas pluviais para o rio, porque pagamos o tratamento de saneamento, é essa a nossa preocupação.

No entanto ainda há zonas de Mirandela que têm redes não separativas. Temos vindo pouco a pouco, mas o nosso objetivo é apontar tudo para esse sentido.

Sobre o espaço da Reginorde, efetivamente, também na ARU que nós aqui apresentámos chamada ARU Vale da Azenha (ARUVA), na Assembleia de abril. A ARU Vale da Azenha tem um plano de intervenção previsto e preparado, para haver uma requalificação daquele espaço, dar-lhe valências de fruição, a questão exclusiva e não só da utilização. A nós faz-nos falta melhorar o espaço que hoje é explorado para muitas atividades, que é o espaço chamado “Pavilhão B”. O “Pavilhão C” será atribuído para os balneários do campo, mas todo o espaço vai ser objeto de requalificação, desde ali até à zona do Parque Império, é esse o objetivo da nossa intervenção.

Ao Engenheiro Baltazar, quero-lhe dizer que estava com saudades de falar de banda larga, que este é um assunto que a mim me motiva e certamente não nos iremos entender em relação a ele, mas eu tenho muito orgulho em ter sido um dos obreiros da rede de banda larga da Terra Quente Transmontana, que hoje tem acordos com a NÓS, hoje tem acordos com a DST, tem acordos com a REFER TELECOM.

Por exemplo, a Câmara Municipal de Mirandela pagava cerca de 1.300,00 € por uma ligação de Internet em banda larga e hoje paga 50,00 € à REFER TELECOM.

Por isso, por muito que o Senhor Engenheiro queira ir por esse caminho, eu tenho muito orgulho do meu currículo ligado à banda larga e nomeadamente pela utilização que hoje fazemos.

Olhe, hoje temos aqui neste mesmo edifício e nesta sala, uma rede livre WI FI, assente na rede da banda larga da Terra Quente Transmontana e estamos neste momento a transportá-la e baixamos os custos médios da banda larga na região.

Tenho muito orgulho nisso, nunca nos iremos entender em relação a essa questão.

Em relação à ligação aérea, manifesto -sem qualquer problema - que não considero prioritária a ligação aérea. E repito aqui e onde quiser, antes de eleições, depois de eleições, a meio de eleições. Não é a minha prioridade. Aliás, nunca ninguém me a ouviu reclamar em lado nenhum, em momento nenhum. Mas não bloqueio. Não vamos confundir bloquear, com não concordar ou não considerar. Acho muito bem quem toma a decisão. Agora, quem tomou a decisão de financiar esse transporte num Milhão e Meio de € por ano, repito “Um Milhão e Meio de €”, devia ter a sensibilidade de na altura, ter financiado outros sistemas de transportes, nem que seja, por exemplo os intra urbanos.

Porque é que não são financiadas as ligações das aldeias às sedes do concelho e andamos a financiar um avião num Milhão e Meio €?

Eu tenho a certeza que esse Milhão e Meio de euros, distribuído pelas Câmaras Municipais da Região, dava para pagar muitas carreiras públicas que neste momento só existem na altura dos transportes escolares, porque são as Câmaras Municipais que os financiam.

Esta é uma questão de conceito, não vale a pena discutir, porque não nos vamos entender em relação a isso. Quantos às suas decisões, nunca orientarei as decisões do Engenheiro Baltazar, por respeito pessoal e individual. Mas também nunca me esconderei atrás daquilo em que acredito.

E vou-lhe repetir outra vez: quem tomou a decisão de fazer o Ambulatório em Mirandela e quem lançou o projeto, foi o - na altura Presidente do Conselho de Administração, do Hospital Distrital de Mirandela - Engenheiro Guedes Marques que lançou os procedimentos. Eu não disse que foram eles que o implementaram, é lógico, por uma questão temporal como todos sabemos.

Aliás, o Ambulatório já foi posto em funcionamento por este Governo.

A decisão de avançar com o Projeto Ambulatório, foi tomada no Governo em que o Senhor Secretário da Saúde era o Doutor *Adão e Silva*, foi nessa altura que foram lançados os projetos. Eu não falo da decisão definitiva.

Certamente, como digo, compete à história julgar e julgará da melhor maneira.

4.2 – IV Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro.

-----Foi presente a deliberação da Reunião da Câmara Municipal, realizada a 21 de setembro de 2015, com o seguinte teor:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com seis votos a favor (quatro dos membros do PSD, um do membro do PS Dr. *José Manuel Morais* e um do membro do CDS/PP, *Carlos Pires*) e uma abstenção do membro do PS, *João Casado*, conforme proposto:

- 1 – Aprovar o IV Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Ponto 4.2, IV Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro.

Estão abertas as inscrições.

Faça o favor de usar da palavra Senhor Deputado *Faustino Cunha*.

----- O Senhor Deputado Municipal, *Faustino Cunha* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou ser sintético e gostaria de referir que as páginas seis é referido um objetivo da A.I.N. – Agroindustrial do Nordeste, S.A.: “reduzir o passivo da empresa e operacionalizar a sua sustentabilidade”. Gostaria de perguntar se houve alguma coisa ou se está em

curso alguma coisa, na medida em que deve ir na correspondência da Mesa da Assembleia, uma certa troca de correspondência entre a A.I.N. e a Mesa da Assembleia.

Gostaria ainda de levantar a questão a páginas 10, no que respeita às Transferências Correntes. Não me vou pronunciar sobre o geral, mas fiquei surpreendido que nos primeiros seis meses do ano, a Câmara Municipal conseguiu transferir para as Juntas de Freguesia, 22 Mil duzentos e cinquenta Euros, para transferências correntes e 68 Mil e oitocentos Euros, para Transferências de Capital. Pessoalmente considero muito pouco, as chamadas associações, etc., têm levado tudo, mas as Juntas de Freguesia continuam a aguardar, muito embora o Senhor Presidente tenha dito que este ano iam ser recompensados do esforço que tiveram, do que sofreram o ano passado. Eu estou à espera.

No que respeita a páginas 11, há aqui uma medida, que é, elaborar um plano de rentabilização do património municipal e depois nada a reportar. Quando vou ver o Relatório dos Consultores, também dizem que já no ano anterior também havia nada a reportar.

Eu estou convencido que esta é aquela rubrica para empolar os orçamentos, diz-se sempre que vamos fazer muito dinheiro a vender isto e aquilo isto e depois é só para dar possibilidade de se apresentarem aos olhos, qualquer coisa mais, mas de facto não há nada a reportar.

No que respeita aos Compromissos Assumidos, o Senhor Presidente já fez o favor de esclarecer alguma coisa sobre os Compromissos Assumidos e não quero pronunciar-me. Mas aparece outra vez a referência dos compromissos e nem todos os compromissos coincidem com a informação financeira e estes são referidos aqui no Plano de Saneamento Financeiro. Aceito a explicação do Senhor Presidente da Câmara e como tal a minha preocupação não é no que respeita aos compromissos, é, cuidado! Não estaremos já a assumir compromissos a mais, que depois mais tarde irão ser pesados? Quem faz as contas e tem que ver o cabimento, deve saber.

Na página 18, aparecem dívidas de terceiros de Curto Prazo e estas dívidas de terceiros, aumentaram. É bom que devam dinheiro e o Município tem direito a cobrar, apenas tenho receio que sejam dívidas incobráveis, porque já ouvi falar numas dívidas lá para a A.I.N., de algumas entidades que se calhar nunca mais pagam e portanto é só um alerta neste sentido.

Não tenho mais nada para dizer, tenho a agradecer e estou satisfeito com o Relatório que foi apresentado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

A palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação à questão da A. I. N., este é um Relatório intermédio e os Relatórios intermédios não trazem normalmente a análise, só trazem no final do exercício. Os exercícios são cruzados.

De qualquer maneira a A. I. N., tem vindo a desenvolver um Plano de Liquidação, neste caso da A. I. N. e do MIC (Matadouro) de liquidação do seu passivo e principalmente assente em dois vetores: o aumento dos resultados operacionais do Matadouro - posso-lhe dizer com alguma satisfação que por exemplo no mês passado, mais uma vez se bateu o record de um abate com mais de 780 cabeças, só de bovinos. Temos ali uma situação que sempre foi preocupante, que tem um peso determinante sobre a dívida da Câmara e na taxa de execução da Câmara, mas temos vindo gradualmente a fazer acordos por forma a resolver algumas das situações. Ainda recentemente se concluiu um acordo com um credor de há longo tempo que ficou definitivamente. E o objetivo é que até ao final do ano, é que todos os credores (exceto um, que é o principal), mas todos os credores mais pequenos do ponto de vista individual, estejam liquidados e depois haverá um passivo e um credor com quem já há um princípio de acordo, que era o grande credor.

Portanto, a A. I. N. neste momento tem um percurso, é difícil, continua-nos a custar, mas principalmente, aquilo que nos dá algum alento são os resultados operacionais com aumento dos abates, mesmo com algumas dificuldades.

Em relação às transferências. As transferências são um dos objetivos mais claros do Plano de Saneamento Financeiro, como tal é o sítio onde podemos de alguma maneira lidar, porque aí temos a capacidade discricionária, deixem-nos ou não fazer, efetivamente o corte não vem deste ano. Vem do ano passado. Teremos que garantir os nossos objetivos.

Sobre o património, esta é aquela medida que no ano passado, fizemos o lançamento de um fundo. Não conseguimos executá-lo e tivemos que efetivamente compensá-lo com o aumento do I.M.I. Já foi explicado o ano passado, não há candidatos a esta situação, a medida continuará, o valor está lá determinado.

É uma medida que estava no Plano, não há evolução porque não há candidatos a esse negócio.

A dívida a Curto Prazo, também tivemos esse debate aqui, na altura da aprovação de Contas.

A dívida a Curto Prazo inclui várias situações e naturalmente um passivo que também está aí transportado. Se for ver às cobranças das rubricas de água e saneamento, tem lá o valor que está por cobrar. Só a nível da água e saneamento já temos um valor significativo.

Temos vindo a trabalhar para conseguir diminuir esse valor, mas eu recorro, que sem querer ser muito preciso, estamos a falar de um valor, que ronda, Um Milhão e Oitocentos €, de incobráveis definitivos e outros incobráveis que estão inflacionados.

Trabalhamos para isso, quer ao nível das concessões, quer ao nível da água e do saneamento, cujo valor ainda é significativo. Se for verificar na página 13, temos incobráveis na água 527 Mil € e no saneamento, cerca de 166 Mil €. Só aí são 600 Mil € de incobráveis.

Sobre o Plano de Saneamento Financeiro, o que é necessário ver, é que nós fizemos o empréstimo a Curto Prazo no mês de junho. Esse empréstimo a Curto Prazo está refletido neste momento, desviando ligeiramente a objetividade dos dados, pelo que terá que ser corrigido no final do ano. A verdade é que do ponto de vista, quer das receitas, quer da execução, estes Três Milhões € andam ali a oscilar. Por essa razão, Em termos de dívida, o valor provoca grandes alterações em relação ao resultado global.

O que eu posso afirmar, é que estamos a cumprir o caminho que nos propusemos e é esse o nosso grande objetivo.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 43 votos a favor, (33 votos do PSD e 10 votos do CDS/PP), e 8 abstenções (7 abstenções do PS, e 1 abstenção da CDU), aprovar o IV Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro.

4.3 – Certificação Legal de Contas – PKF Relatório 1.º Semestre 2015.

Foi presente o Relatório do 1.º Semestre de 2015 – Certificação Legal de Contas – PKF.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e submeteu este Relatório à apreciação da Assembleia Municipal.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Ponto 4.3, Certificação Legal de Contas.

Algum dos Senhores Membros da Assembleia se vai inscrever para comentar ou pedir esclarecimentos sobre esta Certificação Legal de Contas, que não precisa de ser votada pela Assembleia Municipal.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Nuno Sousa (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apesar de não ser obrigatório e isso está aqui referido na nota introdutória da Certidão que acompanha este processo e até o próprio Relatório da PKF, os dados financeiros onde a Autarquia tem participação nas empresas participadas, julgo que até por uma questão de transparência no processo, (não estou a dizer que haja aqui qualquer coisa de ilegal, não é isso), tornar mais democrático o processo, julgo que essa contabilidade, (sei que só tem que se apresentar anualmente) atendendo que a Câmara tem presença nesses órgãos, poderia ter feito parte destas demonstrações financeiras aqui, até para dar melhor enquadramento à situação financeira da Autarquia e obviamente, haver uma outra avaliação da parte da entidade “PKF”, sobre o Plano de Saneamento Financeiro e o andamento dessas contas.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Não há mais inscrições.

Deliberação: Tomado conhecimento

4.4 – Decisão administrativa de autorização de constituição e participação do Município na “CESMIR – Cooperativa de Interesse Público para o Desenvolvimento Económico e Social de Mirandela” e designação dos representantes do Município nos respetivos órgãos.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 29 de junho que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, conforme proposto:

- 1- Aprovar a Proposta de Decisão Administrativa de Autorização de Constituição e Participação do Município na CESMIR – Cooperativa de Interesse Público para o Desenvolvimento Económico e Social de Mirandela;**
- 2 – Aprovar a designação de António José Pires Almor Branco (Presidente da Câmara Municipal), como representante do Município de Mirandela, nos órgãos da referida cooperativa e Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo (Vereadora em Regime de Permanência), como substituta;**
- 3 – Submeter esta deliberação à votação da Assembleia Municipal, sendo posteriormente enviada ao Tribunal de Contas para obtenção do Visto Prévio.**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Ponto 4.4, Decisão administrativa de autorização de constituição e participação do Município na “CESMIR Cooperativa de Interesse Público para o Desenvolvimento Económico e Social de Mirandela” e designação dos representantes do Município nos respetivos órgãos.

Estão abertas as inscrições.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, José Eduardo Almeida (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Comunicação Social, Minhas Senhoras e meus Senhores.

Esta minha intervenção tem apenas como objetivo, falar um pouco sobre aquilo que tem sido o trabalho desenvolvido e a desenvolver na área social no concelho de Mirandela.

O Conselho Local de Ação Social de Mirandela, denominado por CLASMIR, tem no Art.º 2º do seu Regulamento como “Natureza e Objetivos” o seguinte:

1. O CLASMIR é um instrumento de base operativo de reflexão e discussão em prol da erradicação da pobreza e do desenvolvimento social;
2. Deverá constituir-se como móbil integrador e dinamizador de várias medidas, programas e ações sociais, articulando e conjugando recursos e competências;
3. Tem como objetivos essenciais:
 - a) Desenvolver uma parceria efetiva e dinâmica que articule a intervenção social dos diferentes agentes locais;
 - b) Promover um planeamento integrado e sistemático do desenvolvimento social, potenciando sinergias, competências e recursos a nível local;
 - c) Garantir também uma maior eficácia, ao nível do concelho e das freguesias, do conjunto de respostas sociais;
 - d) Fomentar e qualificar, no âmbito da rede social, agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento local.

De salientar o trabalho da ação social e o interesse e a importância que a Câmara Municipal de Mirandela coloca ao agregar o maior número de parceiros, neste momento, o CLAS - Concelho Local de Ação Social, tem mais de oitenta parceiros.

O Plano de Desenvolvimento Social com cinco eixos de intervenção a saber:

EIXO I - GRUPOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS, (SUB- EIXO: TERCEIRA IDADE);

EIXO II – EMPREGABILIDADE;

EIXO III - EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA; (SUB – EIXO: ABANDONO ESCOLAR);

EIXO IV - IGUALDADE E RESPOSTAS SOCIAIS; (SUB- EIXO: CONSOLIDAÇÃO DA REDE SOCIAL);

EIXO V – EQUIPAMENTOS SOCIAIS; (SUB- EIXO:CAPACITAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES);

Neste eixo V, permitam-me que destaque, pela sua importância, o Centro Cívico, a requalificação do Banco Solidário e a CERCI – com a criação de uma A. T. L. para crianças com mobilidade condicionada dos 3 aos 16 anos de idade, com capacidade para 15 utentes. Neste caso, foi necessário apresentar um parecer técnico para a criação desta A. T. L. para que esta resposta social fosse possível, uma vez que há um vazio para estas crianças, e a APPACDM de Mirandela, como qualquer outra, apenas os pode receber a partir dos 18 anos, a criação do Gabinete de Alzheimer e também a ser criada esta Cooperativa Económica e Social para poder coordenar projetos com a envolvimento de todos os parceiros e termos a possibilidade de candidaturas a fundos comunitários.

Apenas quero rapidamente salientar alguns dos projetos e de meios na área social:

- Projeto Envelhecer Saudável.

Com muitos parceiros envolvidos, a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, P.S.P., Centros de Saúde, Santa Casa da Misericórdia, Confraria de Nossa Senhora do Amparo e o Centro Juvenil Salesianos.

Neste projeto muitas atividades têm sido desenvolvidas, como: O “Conta-me uma Conta”, a “Expressão Plástica”, a “Piscina”; “Educação Física”, Convívios e Passeios.

Inclui-se aqui também o Centro Juvenil e a Confraria de Nossa Senhora do Amparo, porque todos estes projetos e atividades se vão também desenvolver em vários locais da cidade e serem contemplados também os idosos, nesta zonas habitacionais.

- Projeto Tecer a Prevenção da CPCJ.

Aproveito a oportunidade para informar que a **C.P.C.J. de Mirandela vai organizar no dia 28 de setembro, pelas 14.30 horas no Auditório da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela**, uma Sessão de Esclarecimento sobre as alterações à Lei nº 147/99, de 18 de setembro, que é a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e sobre este mesmo Projeto - Tecer a Prevenção.

- Projeto Pratos Solidários.

Trata-se de um projeto que tem como principal objetivo a diminuição de carências alimentares das famílias, através do aproveitamento dos desperdícios dos restaurantes.

- A PLASMIR – Plataforma Local de Apoios Sociais.

Esta plataforma tem como objetivo, possibilitar que todos os parceiros envolvidos no apoio a famílias carenciadas, terem conhecimento das ajudas prestadas por cada um deles e assim evitar a duplicação de ajudas à mesma família.

- Operacionalização dos regulamentos dos apoios económicos.

- Plano de Emergência Social.

- Plano Municipal para a Igualdade de Género.

Aqui podemos destacar as ações de formação na área da igualdade e violência doméstica em parceria com a CIG (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género).

- O Banco de Móveis Usados.

- O Banco de Livros Escolares.

- O Passeio Solidário de bicicleta.

- O Jantar Solidário.

Queria deixar também uma palavra ao extraordinário trabalho desenvolvido pelo C.L.D.S. + que terminou o seu período de vigência, pela envolvimento e dinâmica que conseguiu implementar, nomeadamente com as ações sobre empreendedorismo, a criação de emprego e outras medidas de grande importância para o nosso concelho.

Aguardamos a aprovação da candidatura ao C. L. D. S. 3 Gerações, sabendo que é um importante instrumento de intervenção, nomeadamente na criação de emprego, no combate ao isolamento e à exclusão de pessoas envelhecidas e à criação de projetos que promovam uma cultura de bem-estar e de proximidade.

Aproveito esta oportunidade para deixar aqui o Convite das Primeiras Jornadas da Rede Social, que terão lugar aqui neste Auditório, nos dias 15 e 16 de outubro, que têm como tema, “Preparar o Futuro, Construindo o Presente”

Tem vários painéis a desenvolver dentro destes dois dias com as mesas:

“Mesa I- Grupos Sociais Desfavorecidos”;

“Mesa II – Empregabilidade – Empreendedorismo”;

“Mesa III – Educação e Formação ao Longo da Vida”;

“Mesa IV – Respostas da Rede Social a Comunidades em Risco”;

“Mesa V – Doenças Crónicas / Envelhecimento e Deficiência. Que respostas da Rede Social”.

Oferta Social e Desafios para um novo P. D. S. 2016/2018, que é o Plano de Desenvolvimento Social, no Concelho de Mirandela.

Fica também aqui o Convite para estas Primeiras Jornadas, nos dias 15 e 16 de outubro.

----- **A Senhora Deputada Municipal, Odete Ferreira (PS) disse:**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros aqui presentes.

Eu apenas queria ficar mais bem elucidada, não sobre o teor da Proposta, mas sobre a necessidade da criação da CESMIR – Cooperativa de Interesse Público para o Desenvolvimento Económico e Social de Mirandela.

Pode-se questionar à partida algo que parece tão evidente e tão necessário em termos sociais.

Eu acompanho com muita atenção esta Assembleia e dos Municípios em geral, a atividade social que o colega *José Almeida*, acabou até de repetir todos os programas de âmbito social que estão a decorrer no concelho e muitos deles até descritos na Informação do Senhor Presidente e o que realmente quero perguntar é que havendo já um trabalho no terreno, tão meritório e com uma execução que de facto é visível, a Rede Social engloba imensas parcerias, porquê a necessidade da criação da CESMIR?

É evidente que aqui diz que é a forma da tradição de personalidade jurídica à Rede Social. É um requisito que vem de alguma lei a nível central, é uma iniciativa local a sua criação, porque se tudo está a ser efetuado, a ser concretizado e ainda bem, porque atravessamos uma crise social muito grande, portanto não estou a ver a necessidade da criação de algo que implica órgãos sociais. Tenho sempre receio à multiplicação de associações, depois há várias reuniões, há a reunião do CLAS, há a reunião da Rede Social. Eu que já estive em estruturas, não era fácil depois estar presente em tantas reuniões, havendo atividades que se repetiam. Gostaria de ser elucidada sobre esse aspeto, sobre a necessidade desta criação, não querendo dizer que ela não é necessária.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

O Senhor Presidente quer dar alguma informação sobre a criação da CESMIR.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas para dar um esclarecimento à Deputada *Odete Ferreira*, dizer-lhe que isto resulta de um processo refletivo conjunto.

A Rede Social ou o Conselho de Ação Social Local, que congrega a Rede Social de Mirandela, tem vindo a realizar um conjunto de atividades e como foi aqui já dito, além das atividades que tem realizado, tem também realizado muitos momentos de reflexão conjunta aos diversos níveis e nomeadamente através da realização de um fórum que decorreu neste edifício, que congregou muitos agentes da área social.

Neste fórum foi feito um debate aberto, até bastante participado sobre aquilo que nós poderemos considerar que era importante. As Jornadas agora nos dias 15 e 16 de outubro irão apontar no mesmo sentido, refletir, pensar sobre aquilo que é importante, para melhorar a eficácia da rede social.

E uma das situações que tem sido identificada, entre outras que eu poderia aqui descrever. Foram identificadas as respostas sociais que não existem e que nós temos que intervir, foram identificados equipamentos que nós não temos e temos que trabalhar para os obter, foram identificadas formas de colaboração, que nos têm causado algumas dificuldades. Quando digo causado, não é à Câmara diretamente, mas à Rede. Dou-lhe um exemplo, que julgo traduzir um pouco disto, o exemplo do Gabinete de Alzheimer.

O Gabinete de Alzheimer foi criado por parceria com a Câmara Municipal e outras entidades e vive essencialmente do voluntariado de algumas técnicas de enfermagem e não só, pertencendo também à Associação Nacional de Alzheimer.

São realizados *whorkshops*, seminários e a Associação determina o que deve ser pago, um pequeno valor simbólico, que depois até é atribuído para situações pontuais.

O que está a acontecer é que não há uma personalidade que possa fazer essa gestão. Quem diz este, diz outros projetos que nós temos neste momento em desenvolvimento, que necessitam de uma personalidade jurídica, que os possa congrega, não estamos a falar em nenhum nível de desenvolvimento.

Também existe ainda outra situação, que é em termos competitivos em algumas candidaturas, em que, em vez de entrarmos com as parcerias informais, que neste momento entramos, reportando sempre para cima de um dos parceiros a responsabilidade integral do ponto de vista positivo ou negativo e às vezes com as dificuldades que isso até provoca do ponto de vista interno, porque acabam por ser, perdoem-me a expressão, “barriga de aluguer”, às vezes de projetos que até vivem paralelamente. Foi nesse sentido, de uma forma mais ou menos unânime, que a rede decidiu criar a Cooperativa.

No caso da Câmara Municipal, isto é uma Cooperativa com um valor fixo, mas de acordo com a nova Lei do Setor Empresarial local, nós temos que aprovar a nossa adesão, a nossa participação e a seguir pedir também o visto ao Tribunal de Contas para participar nesta atividade.

A Rede em si podia ter criado a Cooperativa sem a Câmara Municipal, nós achamos que é importante estarmos presentes.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Não há inscrições.

Vamos votar.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a Proposta de Decisão Administrativa de Autorização de Constituição e Participação do Município na CESMIR – Cooperativa de Interesse Público para o Desenvolvimento Económico e Social de Mirandela e aprovar a designação de *António José Pires Almor Branco* (Presidente da Câmara Municipal), como representante do Município de Mirandela, nos órgãos da referida cooperativa e *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo* (Vereadora em Regime de Permanência), como substituta.

4.5 - Parcela de Terreno para Desafetação do Domínio Público para o Privado do Município – Loteamento Urbanização Retiro da Princesa do Tua, Lda., Alvará n.º 01/2003 – Correção da Área da Parcela de Terreno com 4.293,00m², para 4.093m².

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13 de julho que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a retificação da área da parcela de terreno do Alvará n.º 01/2003 – Loteamento Urbanização Retiro da Princesa do Tua, Lda. de 4.293m², para 4.093m²;
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Ponto 4.5, Parcela de Terreno para Desafetação do Domínio Público para o Privado do Município – Loteamento Urbanização Retiro da Princesa do Tua, Lda.

Não há inscrições.

Vamos votar.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a retificação da área da parcela de terreno do Alvará n.º 01/2003 – Loteamento Urbanização Retiro da Princesa do Tua, Lda. de 4.293m², para 4.093m².

4.6 - Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (I. R. S.) – 2016.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 07 de setembro de 2015 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com cinco votos a favor (quatro dos membros do PSD e um do membro do PS Dr. *José Manuel Morais*) e dois votos contra (um do membro do CDS/PP Eng.º *Carlos Pires* e um do membro do PS Eng.º *João Casado*), conforme proposto:

- 1 – Não prescindir da participação do Município no I. R. S. em 5% dos sujeitos passivos com domicílio postal na circunscrição territorial do concelho de Mirandela, referente aos rendimentos do ano de 2016;
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Ponto 4.6, Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

Estão abertas as inscrições.

Pode usar da palavra, Senhor Arquiteto *Nuno Sousa*.

----- O Senhor Deputado Municipal, *Nuno Sousa (CDS/PP)* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu julgo que este ponto até já nem precisava de vir à Assembleia, porque há prazos para ausência de comunicação à Direção Geral de Impostos, que faz uma aprovação tácita.

Mas, vindo aqui à Assembleia, naturalmente que o Grupo Municipal do CDS/PP irá votar contra porque entende (julgo que esta discussão já foi tida também ao nível do Executivo, mas no passado também já tivemos isso aqui) que os Mirandenses e respetivas famílias que aqui vivem e trabalham merecem uma redução no seu IRS, considerando até o pesado fardo de impostos e cortes nos seus salários e pensões, que têm sofrido nos últimos anos.

Sem existir uma apresentação objetiva dos resultados relativamente à aplicação destes 5% que até foi assumida por este Executivo em anteriores sessões, verificamos que continuamos a ver um agravamento da despesa e da dívida do Município e por conseguinte há um aumento contraditório à retenção destes 5% que deveriam (ou parte deles) disponibilizar à população.

Portanto os Mirandenses não merecem mais este contínuo agravamento de impostos, de alguma forma, para pagar aquilo que foi nos sucessivos mandatos, a má gestão camarária do ponto de vista financeiro.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Dinis Veiga (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Proposta do Executivo prova mais uma vez e como muito bem disse o Senhor Deputado Nuno Sousa, não precisava de vir à Assembleia Municipal, bastava não ser votado, mas prova mais uma vez que não há défice democrático no Executivo e nesta Câmara.

Compreendo o voto do CDS/PP, mas não do PS, que se diz um partido com cariz social.

A restituição dos 5% no I. R. S., quem iria beneficiar? Aqueles que mais impostos pagam. Quem são? Não são aqueles que o PS diz defender.

Devido ao Plano de Saneamento Financeiro a Autarquia ainda não está em condições de prescindir dessa verba.

Como fomos responsáveis pela aprovação do Plano de Saneamento Financeiro, o PSD votará favoravelmente para sermos coerentes com a posição que tomámos anteriormente.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quase me apetece parafrasear o Arquitecto *Nuno Sousa* e dizer que este assunto já foi debatido nas mesmas condições e nas mesmas circunstâncias, se nós achássemos que haveria motivos para essa mudança tê-los-íamos apresentado aqui. Enfim isto vem no seguimento do que já foi transmitido, nós temos um compromisso que assumimos, aceitamo-lo e como tal não tenho mais nada a acrescentar.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Vamos então votar.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 34 votos a favor (33 dos membros do PSD e 1 voto do membro da CDU) e 17 votos contra (10 dos membros do CDS/PP e 7 dos membros do PS), não prescindir da participação do Município no I. R. S. em 5% dos sujeitos passivos com domicílio postal na circunscrição territorial do concelho de Mirandela, referente aos rendimentos do ano de 2016.

“Declaração de Voto

O Grupo Municipal do CDS/PP votou contra, porque entende que os Mirandenses e respetivas famílias que aqui vivem e trabalham, merecem uma redução no seu I. R. S., considerando o pesado fardo de impostos e cortes nos salários e pensões, que têm sofrido nos últimos anos.

Sem uma apresentação objetiva de resultados em relação à aplicação dos 5% de participação variável no I. R. S., entretanto assumida por este Executivo PSD, em anteriores sessões de Assembleia Municipal.

O que verificamos é um agravamento da Despesa e Dívida do Município e isto encontra-se evidenciado na informação do Senhor Presidente e nos Relatórios do Plano de Saneamento Financeiro.

Os Mirandenses não merecem mais este contínuo agravamento de impostos, para pagar a má gestão camarária do Município de Mirandela.”

4.7 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem (T. M. D. P.) – 2016.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 07 de setembro de 2015 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, nos termos propostos:

1 – Manter a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2016, ou seja, de 0,25%.

2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Passamos ao Ponto 4.7, Taxa Municipal de Direitos de Passagem.

Estão abertas as inscrições.

Não registámos nenhuma inscrição.

Estamos em condições de votar.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 50 votos a favor (33 dos membros do PSD, 10 dos membros do CDS/PP e 7 dos membros do PS) e uma abstenção do membro da CDU, aprovar manter a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2016, ou seja, de 0,25%.

4.8 - Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (I. M. I.) – 2016.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 07 de setembro que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a Taxa de 0,4% do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar no ano de 2016 aos prédios urbanos, com seis votos a favor (quatro dos membros do PSD, um do membro do PS Dr. *José Manuel Morais* e um do membro do CDS/PP Eng.º *Carlos Pires*) e um voto contra do membro do PS Eng.º *João Casado*;
- 2 – Aprovar nos termos dos n.ºs 3, 8 e 9 do art.º 112.º do Código do IMI, com seis votos a favor (quatro dos membros do PSD, um do membro do CDS/PP Eng.º *Carlos Pires* e um do membro do PS Eng.º *João Casado*) e um voto contra do membro do PS Dr. *José Manuel Morais* designadamente:
 - Elevar ao triplo a taxa a aplicar aos prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio;
 - Majorar em 30% a taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;
 - Majorar no dobro a taxa de 0,8% aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20,00 € por cada prédio abrangido.
- 3 – Submeter estas deliberações à aprovação da Assembleia Municipal, bem como a deliberação tomada na Reunião de Câmara de 23 de fevereiro de 2015, nomeadamente, a redução da taxa de IMI em função do número de dependentes a cargo, nos termos previstos no n.º 13 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, designadamente:
 - De 10% para as famílias com um dependente;
 - De 15% para as famílias com dois dependentes;
 - De 20% para as famílias com três ou mais dependentes.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Ponto 4.8, Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (I. M. I.).

Estão abertas as inscrições.

Senhor *David Garrido* pode usar da palavra.

----- O Senhor Deputado Municipal, *David Garrido* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara e Executivo, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores, muito bom dia.

Relativamente à Taxa Municipal IMI, eu irei votar contra, independentemente desta proposta, que considero demagógica, para quem tem descendentes poderá beneficiar.

E eu digo que é demagógica, porque isto é uma discriminação de proprietários, não é de gente na pobreza. É de gente que é dona de prédios. E considero que é discriminatório, porque há reformados que fizeram a casa com muito custo e que estão a pagar o IMI que é alto e que têm menos possibilidades de o pagar do que outros, com um ou dois filhos, mas que trabalham e que ganham bem e que podem inclusivamente pagar.

Não percebo muito bem porque se diz que as receitas correspondentes à Taxa do IMI asseguram a estabilidade do processo do Plano do Saneamento Financeiro em curso, contribuindo de forma significativa para o cumprimento das metas de redução da dívida e de respeito pelas posições estabelecidas pelo Tribunal de Contas.

Quando esta proposta foi lançada, as declarações que eu ouvi do Senhor Presidente, nem se sabia quem é que iria beneficiar, qual o quantitativo, qual o número de famílias. Depois veio a saber-se que eram cerca de 120.

Portanto eu considero que é demagógica, que é eleitoralista e que contraria aquilo que a própria Câmara diz: “que é o combate ao Saneamento Financeiro”.

Irei votar contra, porque discriminação que só é feita na base de quem tem filhos e quem não tem filhos. Eu sou proprietário tenho filhos, já não estão ao meu cargo mas eu tenho que os sustentar e não tenho abate absolutamente nenhum.

----- **O Senhor Deputado Municipal, José António Costa Ferreira (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Importa para a minha intervenção, antes de mais, situar este ponto, que contém duas votações, sendo uma para a aprovar a Taxa do IMI a vigorar em 2016 e outra votação para os benefícios fiscais aqui apresentados, como as penalizações dos prédios urbanos devolutos ou degradados e os prédios rústicos em situação de abandono.

Feita esta introdução para a minha intervenção, passo a dizer que uma medida introduzida no Orçamento do Estado para 2015 criou a possibilidade de as famílias com filhos poderem vir a beneficiar de um desconto do IMI.

Ou seja, nesta alteração ao Código do Imposto, os Municípios, mediante Deliberação da Assembleia Municipal, podem fixar uma redução da Taxa que vigorará no ano que respeita o Imposto, atendendo ao número de dependentes.

O desconto que agora aqui é proposto para votação, varia consoante o número de filhos, sendo que quem tem um dependente terá uma redução na taxa de 10%; para dois filhos, a redução é de 15%; e no caso de três filhos, a redução é de 20%.

O Ministério das Finanças explica que esta medida corresponde à transposição para o IMI do quociente familiar no IRS – em que o número de filhos conta para o cálculo do imposto, com o objetivo de aliviar a carga fiscal das famílias com filhos.

No entanto, a medida não é consensual até entre as próprias autarquias, e como sabemos nem todas aderiram à medida.

E é aqui que eu também coloco as minhas reservas a este modelo adotado pela câmara Municipal de Mirandela, e que iremos hoje votar.

Com efeito, penso que um processo de desoneração fiscal dos Mirandelenses deveria consistir na redução consistente da taxa de IMI, por exemplo, no mesmo valor do impacto financeiro para a Câmara desta opção.

Medida esta, que seria universal, beneficiando todos os municípios e não em função do número de dependentes.

Daí, o voto contra na manutenção da taxa de IMI de 0,4% para o ano de 2016.

Nesta opção, que hoje iremos votar, poderemos estar perante um problema de equidade fiscal, já que este benefício não tem em conta os rendimentos das famílias, mas apenas o número de filhos.

Ou seja, o problema deste imposto devia resolver-se na origem - e não pela via de benefícios fiscais, que tanto abrange uma família com elevados rendimentos, que têm um filho, dois ou três, como aquelas que têm verdadeiramente dificuldades.

Discordo, ainda, da forma encontrada de passar para os municípios o ónus de uma carga fiscal que foi agravada pelo próprio Governo, pois foi este mesmo Governo que extinguiu a cláusula de salvaguarda e avançou com uma avaliação indiscriminada dos imóveis.

Apesar de tudo, tenho consciência de que a medida irá beneficiar um conjunto alargado de Mirandelenses, independentemente do seu quadro socioeconómico ou do seu quadro familiar, e isso prevalece sobre qualquer outra visão que possamos ter das opções políticas tomadas.

Pois, o importante é o impacto positivo, apesar das reservas aqui manifestadas, que a medida materialmente traduz.

Assim, em consciência política, iremos votar a favor da proposta apresentada.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Dinis Veiga (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Proposta do IMI é idêntica à do ano anterior, com a vantagem de proteger as famílias com filhos que segundo informação dos Serviços de Finanças serão à volta de 1.600 famílias, (não 120 como disse o Sr. Garrido), que irão pagar menos IMI.

Quanto às três alíneas de majoração, elas fazem parte do Decreto-lei feito pelo Governo do Partido Socialista.

Diga-se que até hoje ainda não foi aplicada, pois é um processo complicado e de difícil execução.

Como no ano anterior, o PSD irá votar favoravelmente a Proposta, apresentando os mesmos argumentos.

Fomos responsáveis pela aprovação do Plano de Saneamento Financeiro e como tal temos que dar ao Executivo, condições para a sua concretização.

Por outro lado, preferimos esta taxa, em vez de ser aprovada uma Derrama que só iria prejudicar as empresas, havendo por isso reflexo no despedimento de pessoas, que é aquilo que nós não queremos, antes pelo contrário, desejamos a criação de mais emprego.

Votar separadamente ou votar em conjunto, o PSD irá votar favoravelmente.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Antes de dar a oportunidade ao Senhor Presidente, para intervir ou comentar, eu chamo a atenção dos Grupos Municipais para o facto da metodologia que pode ser utilizada, que deverá ser uma votação parcelar, em relação ao conteúdo deste documento.

Eu tenho algumas dúvidas, julgo que pode ser votado em conjunto, mas entretanto, enquanto o Senhor Presidente dá a informação, pensarão e depois discutiremos o assunto.

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de mais fazer esse esclarecimento, são três deliberações e uma delas até pode ser suscetível de ser votada em cada um dos seus pontos, porque cada uma das votações tem uma influência direta e individualizada.

Imaginemos no terceiro ponto, que diz respeito aos devolutos, aos degradados e aos rústicos, pode haver uma opção de um Deputado desta Assembleia, que concorda com os devolutos, não concorda com os degradados ou não concorda com os rústicos. Penso que cada um desses os pontos tem de ser votado individualmente. Esta é a minha opinião e a opinião da Câmara.

É evidente que, se por acordo da Assembleia quiserem votar um único ponto, aí será a Assembleia que dissidirá.

Em relação às questões aqui levantadas, dizer que a opção por este modelo fiscal -repto que é uma opção que já foi aqui trazida no ano passado - continua a ser a opção da Câmara.

Manifestei aqui que iríamos realizar ajustamentos até encontrarmos o valor que consideramos adequado do ponto de vista de estabilidade.

Este ano por opção, não só neste caso, da gestão política, esta proposta extemporânea, porque na altura ainda não havia enquadramento legal, foi realizada pelo Senhor Vereador do CDS/PP e obteve a concordância global da Câmara Municipal, em todas as suas dimensões.

Isto significa que não obstante as questões operacionais, todos concordamos que do ponto de vista concetual, esta é uma opção (estou a falar no coeficiente familiar) que achamos importante.

Sobre o segundo ponto, do agravamento, reafirmamos aquilo que já aqui dissemos e temos tido algumas dificuldades.

Eu registava aqui duas situações que é importante realçar em relação à execução do IMI, para o ano de 2016.

Primeiro:

O Escalão Social passou a ser automático, um pouco em resposta ao Senhor *Garrido*. Isto é: O escalão social que antigamente era voluntário, em que uma família que tivesse rendimentos reduzidos durante o ano e do ano anterior, para pedir a isenção para o ano seguinte de IMI - que é possível - tinha que se dirigir às Finanças e fazer um Requerimento para que o mesmo fosse aplicado. Este processo acabou. Agora ao ser feita a liquidação do IMI, a redução é feita automaticamente de acordo com a respetiva Portaria.

Para o Escalão Familiar procede-se da mesma forma. Inicialmente as famílias teriam que solicitar a redução nos termos do enquadramento legal e foi decidido muito recentemente, também pelo Governo, que é automático.

Vamos ter reduções, quer no Escalão Social - como foi dito vai ser automático- quer no Escalão Familiar.

Esta redução deverá permitir o ajustamento ao valor que nós consideramos adequado de cobrança do IMI, em função do ajustamento que foi feito no ano passado, tendo em conta que este ajustamento também sofreu com a conclusão da cláusula de salvaguarda.

Quando a Câmara Municipal faz a proposta em 2014 para 2015, ainda não existia a decisão do termo da cláusula de salvaguarda. Isso só ocorreu no Orçamento de Estado no final do ano, depois da nossa decisão. Na altura, disse e reafirmo, que iríamos iniciar ajustamentos em função daquilo que era o valor que nós considerávamos espetável de cobrança.

Neste momento, existem dois ajustamentos.

Naturalmente que nós gostaríamos de fazer um ajustamento por cima aos agravamentos dos devolutos, mas aí já não tem a ver com a questão do imposto. Tem a ver com a questão da motivação dos proprietários, para intervirem nesses mesmos escalões.

Finalmente, relativamente á votação, a minha opinião é que deve ser feita ponto a ponto, tendo em conta as diversas circunstâncias e o diverso impacto que eles têm no imposto.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Depois de ouvidos os representantes dos Grupos Municipais, vamos fazer três votações.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria:

Ponto 1: com 42 votos a favor (33 dos membros do PSD e 9 dos membros do CDS/PP) e 8 votos contra (7 dos membros do PS e um do membro da CDU):

1 - Aprovar a Taxa de 0,4% do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar no ano de 2016 aos prédios urbanos;

Ponto 2: com 42 votos a favor (33 dos membros do PSD, 6 dos membros do PS e 9 dos membros do CDS/PP), uma abstenção dos membros do PS e um voto contra do membro da CDU):

2 - Aprovar nos termos dos n.ºs 3, 8 e 9 do art.º 112.º do Código do IMI:

- Elevar ao triplo a taxa a aplicar aos prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio;
- Majorar em 30% a taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;
- Majorar no dobro a taxa de 0,8% aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20,00 € por cada prédio abrangido.

Ponto 3: com 42 votos a favor (33 dos membros do PSD, 6 dos membros do PS e 9 dos membros do CDS/PP), uma abstenção dos membros do PS e um voto contra do membro da CDU):

3 - Aprovar a deliberação tomada na Reunião de Câmara de 23 de fevereiro de 2015, nomeadamente, a redução da taxa de IMI em função do número de dependentes a cargo, nos termos previstos no n.º 13 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, designadamente:

- De 10% para as famílias com um dependente;
- De 15% para as famílias com dois dependentes;
- De 20% para as famílias com três ou mais dependentes.

4.9 - Proposta de Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Mirandela.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 07 de setembro que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar o Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Mirandela;
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Boa tarde. Vamos retomar os nossos trabalhos

4.9 - Proposta de Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Mirandela.

Estão abertas as inscrições.

O Deputado *David Garrido* pode usar da palavra, enquanto a Mesa regista outras inscrições que não aconteceram até agora.

----- O Senhor Deputado Municipal, *David Garrido (CDU)* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, muito boa tarde.

Relativamente a este ponto e a exemplo de quando foi discutida a regulamentação de participação cívica, nós interviemos e não estávamos de acordo - eu também continuo a não estar de acordo com este Regulamento - porque acho que o Município tem hipótese de promover o orçamento participativo com os cidadãos sem ser necessário este Regulamento.

O que se está a dizer é que pode aparecer uma determinada proposta que seja contrária à Autarquia ou às Juntas de Freguesia.

Na altura referi que uma das propostas, que tinha sido apresentada como grande proposta, era um caminho para cães.

Ainda me leva mais a votar contra isto que vem aqui no programa, que diz: “*e dessa forma será possível mobilizar os cidadãos e modificar a imagem negativa que eles têm da classe política que governa e das instituições políticas que devem servir.*”

----- O Senhor Deputado Municipal, *Dinis Veiga (PSD)* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, muito boa tarde.

O Grupo Parlamentar do PSD concorda plenamente com este Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Mirandela.

Esta ideia já devia ter sido implementada há mais tempo. Há necessidade de começar a incutir no cidadão, a sua importância na gestão da vida autárquica.

O cidadão não se pode limitar ao voto. É modificando a maneira de pensar, conhecer os problemas e as dificuldades em se resolverem, é urgente modificar o cidadão culturalmente, pois só assim poderemos aspirar a construir um país com melhores condições para todos.

Quando todos se sentem envolvidos em decisões que direta ou indiretamente dizem respeito à Comunidade onde estamos inseridos, é mais fácil para quem tem que decidir e estabelecer as prioridades com as verbas que tem.

----- O Senhor Deputado Municipal, *Nuno Sousa (CDS/PP)* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, boa tarde.

Eu queria congratular a Câmara por finalmente ter assumido a criação de um Regulamento para um eventual Regulamento Participativo do Município de Mirandela.

Sabemos, - embora o Senhor Deputado Dinis não o tenha mencionado - que este orçamento não é exequível enquanto estiver o Plano de Saneamento Financeiro.

Temos o Regulamento, mas julgo que terá de esperar mais uns anitos até ser implementado.

Contudo, naturalmente que fico contente e congratulo-me com a Câmara por ter tido esta iniciativa, é algo que, quer as bancadas do CDS/PP, dos dois mandatos anteriores, quer eu próprio quando estava no Executivo, por diversas vezes manifestámos a nossa posição relativamente à implementação de um orçamento participativo nesta Autarquia. Um processo mais transparente, um processo que permitia aos cidadãos Mirandelenses serem mais ativos na participação da gestão municipal.

Não temos ainda uma cultura como tem o Brasil. Poucos são os municípios onde isto tem vindo a ser implementado a nível nacional, diria com sucesso, tem havido alguma dificuldade nessa matéria.

De facto, os cidadãos entregam através do seu voto, a responsabilidade da gestão do município ou das freguesias, aos eleitos e depois afastam-se um pouco dessa gestão.

Eu até gostava de saber porque esta certidão não traz isso e não me recordo de ter acompanhado o processo inicial, mas eu gostava de saber depois da discussão pública, só para satisfazer a minha curiosidade, quantos cidadãos é que se pronunciaram sobre o Regulamento que foi à Discussão Pública, porque aí demonstra efetivamente o interesse que a população terá sobre este procedimento.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

A palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, muito boa tarde a todos.

Esta Proposta é para regulamentar uma determinada atividade, neste caso, uma opção que a Câmara Municipal tomou de forma solidária.

O Orçamento Participativo é um conceito que hoje em dia já está implementado em muitas autarquias a nível nacional e que obriga a um conjunto de regras e regulamentos.

A aprovação deste Regulamento pressupõe a posterior aprovação das normas de execução do Orçamento Participativo e depois ainda um conjunto de atividades também de incentivo à participação cívica.

Não tenho aqui o Relatório de Ponderação que é efetuado a seguir à Discussão Pública, mas a verdade é que nós confrontamo-nos muitas das vezes com essa dificuldade de o cidadão participar e de sentir que é um elemento ativo da sociedade e que pode de alguma maneira determinar o seu futuro.

Neste caso, o Orçamento Participativo de 2017, terá já na Proposta de Orçamento, que aqui será apresentada em outubro, efetiva concretização.

Vamos propor já no Orçamento de 2017 a abertura de três rubricas: uma rural, uma urbana e uma de juventude, para o Orçamento de 2017, que irão ser colocadas ao debate.

Nós sabemos que há enormes dificuldades hoje em dia em incentivar a população - não somos uma população com cultura de participação. Mas a verdade é que nós somos teimosos e por esse motivo estamos a fazer Regulamentos para a participação cívica. Fazemos sessões públicas para incentivar à participação da população e este é mais um passo nesse sentido.

Já temos ao nível da Associação de Municípios da Terra Quente, adquirida uma plataforma de participação informática. Também existirão Assembleias Públicas e pensamos que durante o ano de 2016 será possível concretizar. Estamos ligeiramente atrasados, isto devia ter ocorrido no princípio do ano, em fevereiro, mas de qualquer maneira, em 2017 já estará a funcionar.

Informar também que já em 2016, teremos três componentes de Orçamento Participativo disponíveis, que ficarão no Orçamento sem serem identificadas e serão submetidas a discussão.

Em 2017, como o *timing* já vai permitir isso, o término do Orçamento Participativo será antes de o Orçamento estar executado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Estamos em condições de votar.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 42 votos a favor (28 dos membros do PSD, 9 dos membros do CDS/PP e 5 dos membros do PS) e um voto contra do membro da CDU, aprovar o Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Mirandela.

4.10 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil, nos termos da alínea i) do art.º 41.º, da Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto.

Foi presente uma Informação do Serviço Municipal de Proteção Civil de Mirandela, a solicitar um representante das Juntas de Freguesia, a designar pela Assembleia Municipal, de acordo com a Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto, artigo 41.º, alínea i), para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Ponto 4.10 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil.

Estão abertas as inscrições.

Faça o favor Senhor Deputado *Dinis Veiga*.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Dinis Veiga (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O PSD apresenta a seguinte proposta:

Proposta

O Grupo Parlamentar do P. S. D. propõe em Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 25 de setembro de 2015, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abreiro para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil.

----- **O Senhor Deputado Municipal, David Garrido (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria um esclarecimento, se fazem o favor.

Este ponto é só votado pelos Presidentes de Junta ou é pela Assembleia?

Eu sei que é pela Assembleia, que é o que diz a lei, que a Assembleia propõe o Presidente da Junta.

Mas como é que uma Assembleia Municipal que é composta essencialmente por eleitos diretos e com os Senhores Presidentes de Junta, não pode apresentar (mas é da lei) um nome e portanto eu retiro-me, porque não sou Presidente de Junta, não sou ouvido nem achado nesta situação.

Se não posso ser votado, também não tenho que votar.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Senhores Deputados, o conteúdo da intervenção do Senhor Deputado *David Garrido*, veio de encontro a dúvidas que surgiram, antes que este problema fosse apresentado, mas que decorre da lei, é exatamente assim.

De maneira que, sendo assim a lei, vamos cumprir.

Já houve uma proposta do Senhor Deputado *Dinis Veiga*, sobre o nome de um candidato, se eventualmente dos outros Grupos Municipais houver também uma proposta idêntica, façam o favor.

Faça o favor Senhor Deputado *Dinis Veiga*.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Dinis Veiga (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Realmente há um bocado de contradições, porque quando foi a eleição dos membros da Comunidade, só votaram os outros. Aí também concordo com o Senhor *Garrido*, mas enfim, está na lei.

Eu propunha, já por isso não pus nome, informei que é o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abreiro, que neste momento é o Senhor José Manuel de Carvalho Fernandes.

Propunha também, se ninguém se opusesse, que fizéssemos uma votação normal sem ser por voto secreto.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

A Mesa aceita todo o tipo de desafios, sugestões, recomendações, mas integra-as sempre dentro do Regimento.

Se a lei consagra este ponto de vista, vamos obedecer-lhe, vamos efetuar-lo deste modo, que de resto é o que está previsto.

Já há uma proposta, vamos votar.

A Assembleia está informada que há uma única lista que foi apresentada e a Mesa acabou de proclamar que não há mais nenhuma lista que entrasse na Mesa.

Portanto é uma lista única que vamos votar. Pode-se designar por lista "A", uma vez que não há mais nenhuma.

Fica designada Lista "A", foi a que entrou na Mesa.

Faça o favor de usar da palavra Senhor Deputado *Nuno Sousa*.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Nuno Sousa (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só um pequeno esclarecimento.

Uma vez que só há uma lista e só há um candidato, também era importante, julgo eu, tentar saber qual é o programa que o candidato propõe efetuar nesta Comissão de Proteção Civil.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Isso está fora de questão.

Estamos agora em condições de votar.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou eleger o Presidente da Junta de Freguesia de Abreiro, José Manuel Carvalho Fernandes, proposto na Lista “A”, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, com 34 votos a favor, no total de 48 votantes, para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil de Mirandela.

O Senhor Deputado *David Garrido*, da CDU, não votou.

----- **O Senhor Deputado Municipal, David Garrido (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero fazer uma Declaração de Voto.

“Declaração de Voto

Não votei, não tenho nada contra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abreiro, mas considerei que tenho que me manifestar de alguma forma contra a sua feitura, não é da responsabilidade do Município nem da Assembleia Municipal, mas não me posso calar: eu ter que votar uma coisa, quando não posso ser votado.”

4.11 - Proposta de Regulamento do Controlo de Acesso Automóvel à Área Pedonal da Rua da República na cidade de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21 de setembro de 2015 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a Versão final da Proposta de Regulamento do Controlo de Acesso Automóvel à Área Pedonal da Rua da República na cidade de Mirandela.**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Ponto 4.11, Proposta de Regulamento do Controlo de Acesso Automóvel à Área Pedonal da Rua da República em de Mirandela.

Estão abertas as inscrições.

Senhor Deputado *David Garrido* pode usar da palavra.

----- **O Senhor Deputado Municipal, David Garrido (CDU) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este ponto parece um bocado controverso, mas eu considero que a rua mais perigosa de Mirandela, é a Rua da República, que nem é carne nem é peixe, é uma coisa híbrida, que se misturou cadeiras com bicicletas e com automóveis e com pessoas a pé. Considero que é das mais perigosas, porque trânsito nela todos os dias e disso me apercebo.

Neste Regulamento fala de uma barreira. Eu gostava de ser esclarecido que tipo de barreira é que vai ter e quem tem acesso a essa barreira, embora diga que há determinadas pessoas que têm acesso e que há horários para cargas e descargas.

Eu pergunto: Essas pessoas que fazem as cargas e descargas também vão ter acesso ao comando? Quando chegarem para carregar, se for do fundo da Rua da República, tem que ir um indivíduo a abri-la? É um dos pontos que eu gostaria de ver esclarecido.

Há outro ponto que é o “art.º 19.º Situações Excecionais”, que diz: “A Barreira da entrada da Travessa da Cocheira, melhor identificada no Anexo I do presente Regulamento, cuja entrada é feita pela Rua Pedro da Manta, é gerida pelos condóminos legalmente constituídos, dos edifícios do lugar da Cocheira. Os condóminos referidos no número anterior, deverão disponibilizar, mediante pagamento, os comandos de acesso, a todos os moradores e comerciantes que tenham a sua morada na Travessa da Cocheira ” Isto pressupõe que é para poderem entrar na Rua da República.

Na Travessa da Cocheira, além da barreira, também há um pino que não permite a entrada. Para mim a Travessa da Cocheira é uma coisa pública. Uma pergunta que eu faço é se é público ou privado, ou se cada um faz o que quer, põe um pino, põe uma barreira ou o que entender. Gostava de ser esclarecido sobre esta situação.

Depois há outra situação: “*Por proposta vai ser disponibilizado um número de emergência*”. Quer dizer, por exemplo: temos o centro de trabalho do PCP na Rua da República, não temos carro nenhum adstrito, como podemos fazer cargas e descargas? Também gostava de ser esclarecido sobre isso.

Diz também que têm prioridade as Forças Policiais, os Serviços Municipais e os Bombeiros. Espero que não se venha a passar aquilo que está a acontecer agora, que é servir de corredor.

Em vez de dar uma volta, segue o corredor. Tem a facilidade de poder passar por ali, independentemente de ir para a urgência, aquela rua é utilizada como passagem.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco, disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas esclarecendo de forma concreta esta situação e concordo plenamente com o Senhor Garrido.

A Rua da República teve um objetivo e na realidade nunca foi carne nem peixe, tem provocado situações de insegurança e foi nesse sentido que nós fizemos este Regulamento, para de uma forma definitiva e tendo em conta que já lá estão os equipamentos, podemos acabar com essa situação.

O objetivo da rua é de ser uma rua para fruição da população e para valorização do comércio e não é isso que acontece. Acredito que seja por falta de civismo, porque muitas das vezes, na entrada da rua está lá um sinal a dizer “Proibido circular, exceto cargas e descargas” e a verdade é que não é isso que acontece.

De qualquer maneira, não há elevador para as cargas e descargas. É precisamente como disse: Se alguém quiser fazer cargas e descargas terá que contactar o local de carga e descarga no horário que está já definido e a pessoa terá que abrir os elevadores. É assim porque se eu for entregar a todas as empresas que assumem que vão fazer cargas e descargas, continuamos na mesma.

Isso implicará que a empresa que recebe a carga ou descarga tenha de fazer a abertura desse elevador, mesmo que isso signifique algum trabalho.

Em relação à Cocheira, vamos lá ver: O objetivo é que os residentes naquela zona da Cocheira circulem por aquela baía que lá está, circulando para dentro e para fora daquele espaço. Será colocado um pino que impede que haja circulação da Travessa da Cocheira, para dentro da Rua da República.

As pessoas terão que circular se houver uma situação de avaria ou uma coisa qualquer, retiramos o pino e a circulação será feita pela travessa em situações de emergência. Mas na forma normal, o pino estará em frente à travessa impedindo que as viaturas da travessa da Cocheira entrem e saiam pela Rua da República e sairão sempre pela Rua Pedro da Manta.

Em relação ao que acontece na questão da propriedade, nos condomínios já temos a situação acordada. A barreira está lá por autorização excepcional da Câmara, permitindo o facto de haver melhor organização. Alguns residentes da Cocheira também estão de acordo com essa situação.

Quanto à propriedade, há neste momento um conflito porque, existe por parte de alguns proprietários, a ideia que aquilo seria um espaço privado - nem está tanto em causa a utilização, está em causa a propriedade. Esta situação está a ser avaliada.

A nossa interpretação é que fruto das operações urbanísticas que ali foram realizadas, todo aquele espaço e a travessa incluída, é público, é a nossa interpretação, o que não invalida que eu esteja errado, porque há interpretação jurídica do outro lado, que está a contestar neste momento a Câmara e nós vamos responder com os nossos argumentos, enfim, o Tribunal decidirá.

Mas do ponto de vista de regulação de trânsito, independentemente da propriedade de circulação ou não, a partir do momento em que nós chegamos ao passeio, já é espaço público, a Câmara já pode limitar.

Sobre o número de emergência, põe-se mais em situações excecionais, no caso do exemplo deu, se tem uma residência, seja institucional ou não, naquela zona, poderá pedir um elevador e em vez de estar afeto a uma viatura em específico, estará afeto a uma instituição. Imaginemos que há uma empresa que tem cinco carros ali, podia acontecer igual, não vamos dar cinco elevadores.

Terá é que preencher o documento que está aqui no Regulamento, solicitar o elevador e depois utilizá-lo normalmente.

Quanto à questão dos Bombeiros, efetivamente já tivemos algumas situações, nomeadamente o que eu acho perfeitamente incrível, é o facto de o lado de lá, termos um sentido proibido e as viaturas de emergência, só quando estão em serviço de emergência efetiva é que podem contrariar os sentidos de trânsito. Já tivemos situações de ambulâncias a virem em sentido contrário, do sentido único que está do lado de lá para o lado de cá e em sentido contrário.

O objetivo do Regulamento não é esse, o objetivo é os Bombeiros estarem em situação de emergência, para apoiar alguém ou em situações de incêndio.

Do ponto de vista do enquadramento legal, o que é mais provável é que os Bombeiros hoje em dia até podem ter uma espécie de uma frequência geral nas viaturas que lhes permite mexerem nos semáforos e mexer também ali - não sei se os Bombeiros de Mirandela têm.

O acesso tem mesmo a ver com a emergência. A Polícia por exemplo, não pode usar o acesso nessa rua para lá estacionar. Só em situações de emergência, é que pode usar o acesso dessa rua. A Polícia entra e sai. São situações de emergência e os Bombeiros estão exatamente sujeitos às mesmas regras.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Estamos em condições de votar.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 50 votos a favor (34 dos membros do PSD, 10 dos membros do CDS/PP e 6 dos membros do PS) e uma abstenção do membro da CDU, aprovar a Versão final da Proposta de Regulamento do Controlo de Acesso Automóvel à Área Pedonal da Rua da República na cidade de Mirandela.

4.12 - Acordo de Transação – ÁGUAS DO NORTE, S.A.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21 de setembro de 2015 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Acordo de Transação da faturação vencida a celebrar com a Águas do Norte, S.A.;
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Ponto 4.12, Águas do Norte, S. A.

Estão abertas as inscrições.

----- A Senhora Deputada Municipal, *Rita Messias (PS)* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, muito boa tarde a todos.

Tinha pensado apresentar este tema no final, mas já que estamos com o tema das Águas de Trás-os-Montes, vem a propósito e por isso, também na sequência das minhas intervenções sobre esta matéria, queria apresentar hoje aqui nesta Assembleia um artigo para informar que o Parlamento Europeu reconhece a água como um direito humano.

Os Deputados Europeus aprovaram no dia 8 de setembro em Estrasburgo um Relatório sobre a iniciativa de cidadania europeia “*Right Water*”, que quer dizer “Direito à Água”, da autora da Deputada Irlandesa *Lynn Boylan*, sobre o mote, a água e o saneamento são um direito humano. A água não é um bem comercial, mas um bem público.

A “*Right Water*” (Direito à Água) tornou-se uma primeira iniciativa de cidadania europeia, que conseguiu recolher todas as assinaturas necessárias para cumprir os requisitos legais oriundos de todos os Estados Membros.

Os subscritores exigiam que as instituições europeias e os Estados Membros, fossem obrigados a assegurar que todos os habitantes gozem do direito à água e ao saneamento e o abastecimento de água e a gestão dos recursos hídricos não fossem sujeitos a regras do mercado interno e que os serviços hídricos fossem excluídos da liberalização, bem como uma intensificação dos esforços da União Europeia, para alcançar o acesso universal à água e ao saneamento.

Em resposta à iniciativa, a Comissão Europeia apresentou uma comunicação que ficou muito aquém do que pediam os cidadãos, ao omitir completamente a principal exigência dos subscritores, o reconhecimento do direito humano, à água.

O Relatório do Parlamento Europeu, não só reconhece o direito humano à água e ao saneamento, como insta a Comissão a desencorajar práticas de apropriação da água e da fraturação hidráulica (exploração de gás de xisto) e reconhece que os serviços de água e saneamento são serviços de interesse geral, que a água é um bem comum e, por conseguinte, deve ser disponibilizada a preços comportáveis que respeitem os direitos dos cidadãos e um mínimo de qualidade da água.

Os Deputados do maior grupo parlamentar da direita, o Partido Popular Europeu, que inclui os Deputados do PSD e PP, apresentaram várias propostas de alteração, para que fosse aprovada uma resolução alternativa emanada do texto “As várias referências aos efeitos das políticas de austeridade no âmbito da água, bem como eliminado o parágrafo 21, que salienta que a alegada neutralidade da Comissão, no que refere à propriedade de gestão da água, está em contradição com os programas de privatização impostos a alguns Estados Membros, pela Troika”, mas todas elas foram chumbadas e o Relatório foi aprovado.

No final das votações, a relatora *Lynn Boylan*, afirmou que se tratava de uma vitória da sociedade civil e dos promotores e subscritores da “*Right Water*”, de toda a Europa, que finalmente tinham a resposta merecida da parte de uma instituição europeia.

A Deputada declarou ainda sentir-se satisfeita pelo facto de o Parlamento ter escolhido rejeitar o projeto alternativo, apresentado pelo Partido Popular Europeu, uma vez que a resolução que propunham, em nada respondia às preocupações dos cidadãos e não passava de um mero instrumento para levar a cabo a sua própria agenda.

E Concluiu “*Isto é uma matéria de grande importância para todos os cidadãos da Europa e sinto que hoje os sabemos bem.*”

----- O Senhor Deputado Municipal, *David Garrido (CDU)* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós já percebemos que isto é a passagem das Águas de Trás-os-Montes para as Águas do Norte.

Aquilo que eu pergunto é: Isto pode implicar a privatização da água?

Há outra coisa aqui no documento, que diz: “*O presente acordo é composto por quatro páginas e anexa a parte integrante que foi celebrada em Vila Real no dia cinco de outubro do ano de 2015*”. Ou estou enganado...mas vem em vários documentos assim.

Gostava de perguntar se isto tem alguma coisa a ver com a privatização da água.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

J. Manuel
A
António Branco

Em primeiro lugar, sobre a questão das datas. A data no ficheiro informático está a amarelo porque no fundo é o espaço onde ficará a data, são as duas deliberações. Por isso o acordo será celebrado provavelmente no dia cinco de outubro, que é o tempo após ser emitida a certidão desta Assembleia e darmos o tempo necessário.

Essa pergunta já tinha sido feita pelo Vereador “*José Manuel Morais*”, na Reunião de Câmara e demos-lhe exatamente o mesmo esclarecimento. Púnhamos aí umas reticências, mas acabou por se meter o espaço, como está no próprio acordo, aprovado no dia 25/09 na Assembleia Municipal, que é hoje.

A segunda explicação tem a ver com a questão do acordo em si.

Este acordo não tem a ver com a transferência efetiva das Águas de Trás-os-Montes para as Águas do Norte. Este acordo estava a ser negociado com as Águas de Trás-os-Montes e é assinado com as Águas do Norte, porque as Águas do Norte foram constituídas no dia um de julho. Foi uma questão fatural. Este acordo esteve para ir à Assembleia de junho, mas como fizemos esta Assembleia muito antes, não fomos capazes de o fazer, por isso veio agora já com Águas do Norte.

Temos estas duas dívidas. Negociamos as dívidas que temos e os *Spreads* que nos são propostos hoje, do ponto de vista bancário, permitem-nos ganhos que há seis meses, um ano atrás, dois anos atrás, não nos permitiam estes ganhos. Neste caso estamos a falar de *Spreads* que passam de 1,4 e no caso seguinte 1,2, que nos dão um ganho de juros na ordem dos 6% / 7%.

Quanto à privatização das águas, essa questão não se coloca.

Vejam: Não obstante todas as questões teóricas que nós queiramos levantar sobre isto, a concessão das águas é dos municípios.

As Águas de Trás-os-Montes ou as Águas do Norte são sub - concessionários da Câmara Municipal.

No caso da alta, a Câmara aprovou aqui há 15 anos atrás, sensivelmente, uma concessão da alta. No caso da baixa, é a Câmara a concessionária.

Em face disto, a existir qualquer tipo de privatização das Águas do Norte ou de outro qualquer tipo de áreas deste estilo, teria que haver uma decisão nesta Assembleia Municipal, a menos que houvesse uma alteração legislativa que retirasse aos municípios a gestão da água e neste caso, as Águas do Norte - como é publicamente conhecido - tiveram o objetivo de fazer e de garantir ganhos de estrutura principalmente para o interior.

Eu posso-vos dizer que desde o dia um de julho - dia da constituição legal e oficial das Águas do Norte - nós deixámos de pagar 0,64 cêntimos por m³ e estamos a pagar 0,52 cêntimos por m³ de água, o que se transporta para uma poupança de mais de 20% na fatura mensal de água, que esta autarquia e as outras todas do sistema na Região Norte, pagam hoje às Águas do Norte-antigamente Águas de Trás-os-Montes.

Neste momento, do ponto de vista efetivo, a única coisa que existe, é a junção de um conjunto de sistemas “Sistemas Norte”. Para nós de forma específica e direta, verifica-se uma descida abrupta em relação àquilo que nós praticávamos até ao dia um de julho.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:**

Estamos em condições de votar.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 44 votos a favor (30 dos membros do PSD, 10 dos membros do CDS/PP e 4 dos membros PS) e 1 abstenção do membro da CDU, aprovar o Acordo de Transação da faturação vencida a celebrar com a Águas do Norte, S.A.

4.13 - Acordo de Transação – Resíduos do Nordeste-EIM, S.A.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21 de setembro de 2015 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Acordo de Transação da faturação vencida a celebrar com a Resíduos do Nordeste-EIM, S.A.;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:**

Ponto 4.13, Acordo de Transação dos Resíduos do Nordeste-EIM, S.A.

Estão abertas as inscrições.

Não há inscrições, pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se quer dar alguma explicação à Assembleia.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, *António Branco* disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Já tive oportunidade de explicar no ponto anterior que, quer um acordo, quer o outro, obedecem ao mesmo conceito de redução de custos de juros.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:**

Vamos votar.



----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 44 votos a favor (30 dos membros do PSD, 10 dos membros do CDS/PP e 4 dos membros PS) e 1 abstenção do membro da CDU, aprovar o Acordo de Transação da faturação vencida a celebrar com a Resíduos do Nordeste-EIM, S.A.

4.14 – Protocolo de Regularização de Propriedade – ACIM.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21 de setembro de 2015 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar o Protocolo de Regularização de Propriedade a celebrar com a Associação Comercial e Industrial de Mirandela;
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão* disse:

Ponto 4.14, Protocolo de Regularização de Propriedade a celebrar com a Associação Comercial e Industrial de Mirandela.

Estão abertas as inscrições.

Senhor Deputado David Garrido tem a palavra.

----- O Senhor Deputado Municipal, *David Garrido (CDU)* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu gostaria de obter alguns esclarecimentos sobre este Protocolo de Regularização da Propriedade.

A pergunta que eu faço e perdoem-me o meu desconhecimento, é:

O Pavilhão “C” que está implementado na Reginorde, não é um terreno da Câmara e pertence à ACIM? É uma das coisas que eu não percebo: Como a gente coloca um pavilhão num terreno que não é dele e depois o vem requisitar.

E a situação da sede da ACIM na Praça do Mercado. Afinal de quem é aquela propriedade e está em que termos, em propriedade horizontal, é indiviso, ou como é?

E já agora vem aqui com uma formulação “A Associação Comercial e Industrial encontra-se numa situação financeira difícil, não conseguindo regularizar as suas dívidas”. E os Municípios têm culpa da má gestão que foi criada? Há uma gestão. A gente vê pelas dívidas que são, que é foguetes, bombos e festas e agora os Municípios, através da Câmara de Mirandela, vão ter que pagar as dívidas que a Associação a seu belo prazer, por má gestão contraiu?

Parece que temos de andar a pagar a privados, porque eu considero que a Associação Comercial e Industrial de Mirandela é uma Associação de caráter público, mas privado. Na minha opinião, nós não tínhamos nada que estar a pagar estas dívidas, a estes devedores que estão aqui referenciados.

----- O Senhor Deputado Municipal, *Nuno Sousa (CDS/PP)* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu confesso que estou algo confuso sobre este assunto e partilho da mesma posição do Deputado *Garrido*.

Eu recebi um conjunto de documentos e é sobre estes documentos que me vou pronunciar.

Recebi na Certidão da Ata um ofício que deu entrada pela ACIM, depois há aqui um Protocolo de Regularização de Propriedade, onde foram efetuadas umas deliberações, existe um Plano de Pagamentos, um anexo II com dívidas da ACIM, uma Proposta de Cedência de Instalações à ACIM, de 1996, a Caderneta Predial Urbana da Reginorde no seu todo, como a Planta de Localização.

Vamos por partes:

Eu vejo na Caderneta Predial Urbana que tudo que é equipamentos sejam pavilhões, campo de futebol, tudo o que esteja dentro do Recinto da Reginorde pertence à Câmara Municipal de Mirandela, é pertença da Câmara Municipal de Mirandela, está aqui registado, não vale a pena andar aqui com suposições.

Em segundo lugar, no ofício da ACIM, pede o seguinte:

“*Vem pela presente solicitar a V. Ex.ª a regularização de propriedade referente ao Pavilhão “C” da nova Feira, solicitando também a regularização de propriedade da sede da ACIM, na Praça do Mercado, Porta Central, em definitivo, conforme Protocolo em anexo.*”

O Protocolo é o tal de 1996 e aqui há duas questões.

O Protocolo de 1996, invoca cedência a título gratuito à Associação Comercial, uma fração do Mercado Municipal, para a instalação da Casa do Empresário, devendo a respetiva formalização ser concretizada depois de se efetuar a receção da referida obra. O Protocolo foi aprovado para esta cedência, numa altura em que ainda estavam a construir o Mercado.

Portanto, este Protocolo não é mais do que uma intenção de cedência, porque depois deste Protocolo tem que existir certamente u documento que afirme a cedência gratuita do espaço. Ponto 1.

O 2.º Ponto é referente a um ofício em que a ACIM não pede 250 Mil €, solicita apenas a regularização de propriedade, que pode ser feita apenas de mudança de titularidade, caso fosse proprietária do Pavilhão “C” e do espaço onde têm a sua sede.

Mas ausente deste conjunto de documentos está o registo de propriedade dessa sede, porque tanto quanto sabemos, nem há propriedade horizontal, portanto não há fracionamento e tanto quanto sabemos, a sede pertence à Câmara.

Mas entretanto a Autarquia, propõe um Protocolo de regularização de propriedade no valor de 250 Mil €, é a Câmara que propõe dar 250 Mil €, 100 Mil € pela sede e 150 Mil € em dinheiro ou em prestações.

A questão que se coloca aqui é esta:

Como foi avaliado o valor patrimonial do Pavilhão “C” e da sede da ACIM? Eu não tenho nenhum relatório de avaliação desse património.

Quem é que nos garante que o Pavilhão “C” vale 250 Mil € e que a sede da ACIM vale 100 Mil €? Sendo ambos propriedade da Câmara, a Câmara tem que solicitar uma avaliação independente, até para ficar a questão mais transparente.

Eu acho curioso o intervalo, o ofício é feito no dia 16 de setembro, vai à reunião no dia 21, vem a esta Assembleia no dia 25 e entre o ofício de 16 e a reunião de Câmara, passa ali um fim de semana e mesmo assim conseguiram fazer uma avaliação patrimonial dos imóveis.

As dívidas da ACIM são 353 Mil €, incluindo a conta caucionada, de 100 Mil €, fora as custas de processos que podem estar a decorrer.

E portanto o que eu gostava de saber é onde estão esses tais registos de propriedade da sede que supostamente é da ACIM, para depois vir aqui na cláusula 2.ª “o segundo outorgante assume o encargo financeiro no montante de 100 Mil €, referente à transferência de propriedade do imóvel, referido no n.º 2 da Cláusula anterior, que é a sede.”

Se ela não é detentora da sede, como é que pode assumir um encargo financeiro de 100 Mil € sobre uma coisa que não é sua, que é da Câmara.

Já agora, vamos ao passado, de facto a ACIM construiu o Pavilhão “C” e o Pavilhão “D”, é verdade, então provem-no, demonstrem, porque não há aqui demonstração nenhuma de que eles construíram isto. O registo de propriedade pertence à Câmara.

Também pergunto, se fazem a avaliação sobre o Pavilhão “C”, porque não fizeram a avaliação sobre o Pavilhão “D”? Liquidavam já as questões todas com a ACIM.

Supostamente, a ACIM no seu passado, quando ficou a tomar conta da Reginorde, certamente que teria um acordo com a Câmara onde efetivamente deveria apresentar os seus relatórios de contas, as devidas autorizações, porque para fazer uma obra dentro do recinto da Câmara também tinha que ter uma autorização da Câmara, a autorizar a execução dessas obras e nada disso está aqui plasmado, nestes documentos. Não temos informação nenhuma.

Isto vale o que vale, o grave da situação é que a Câmara está a querer assumir um compromisso financeiro com a ACIM, no valor de 250 Mil €, pagando por património que é seu, porque está registado como seu.

Se a ACIM construiu de facto os pavilhões, deve-o demonstrar e perante isso, depois fazerem-se os respetivos acertos, mas até agora não há informação nenhuma sobre isto.

Aliás, eu não sei se o Tribunal de Contas irá concordar com isto, ou o Ministério Público ou qualquer coisa do género, mas caberá a vocês, assumirem depois essa responsabilidade.

Agora, que isto é lesar o erário público, é. Conforme diz o Senhor *Garrido* e muito bem, a gestão da ACIM, deve ser a ACIM a ser responsabilizada por ela, não devem ser os Mirandenses a assumir através da Câmara, a responsabilidade da ingerência da Direção da ACIM. De facto, as despesas que estão aqui, grande parte delas têm a ver com Comunicação Social, têm a ver com a UTAD (Universidade de Trás os Montes e Alto Douro), 48.000 Mil € à UTAD e fora os juros de mora e os custos processuais, que não sabemos quanto é que é; tem a ver com pirotecnia, 5.000 Mil € e tem a ver com outros comércio aqui de Mirandela.

Por conseguinte, acho que está uma história muito mal contada e sinceramente isto é lesar o erário público, se a bancada do PSD aprovar hoje esta transferência do Protocolo de Regularização de Propriedade.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Carlos Fraga (Independente PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito boa tarde Senhora Presidente e Senhores Deputados.

Sobre este tema ora em apreço, Protocolo de Regularização de Propriedade aqui solicitado pela ACIM, e proposto pela Câmara a esta Assembleia, os colegas deste Órgão, quer do CDS/PP, quer da CDU, acho que já colocaram aqui perguntas e interrogações pertinentes, das quais naturalmente que eu também comungo, por isso não vou ser repetitivo.

Isto já deu para entender a todos nós que as contas da ACIM não estão no verde, que é preciso proceder ao saneamento desse estado financeiro em que se encontra a ACIM, mas o comum dos cidadãos, o comum dos municípios, não têm culpa rigorosamente nenhuma da gestão que terá levado a este descalabro.

Já foi hoje aqui referido pelo Senhor Deputado *Dinis Veiga*, noutra ponto, os calotes que ficaram. Quem faz as dívidas deve-as pagar. Neste caso em apreço e a viabilizar-se este Protocolo, vamos pagar todos nós os Municípios do nosso concelho. E aí também tenho dúvidas, porque diz que a dívida é de sucessivas edições da Reginorde, mas de que anos e a que mandatos é que se reporta? Não será a algumas, quando existia ainda a figura jurídica da própria Reginorde, que não era assim. Ainda me recordo de existir a figura jurídica da Reginorde, onde a própria Câmara tinha na altura como Diretor o Senhor Engenheiro *Guedes Marques*... francamente não sei de onde isto se arrasta. Ou vamos ainda pensar num Presidente da Direção, do Senhor Engenheiro *Rodrigues da Silva*, será que foi do tempo dele? Ou será que foi do início do Presidente da Direção, do Senhor *Francisco Reis*? É preciso explicar com clarividência.

Do património já não me vou alargar sobre isso, porque de facto os pavilhões estão lá, naquele espaço que todos nós conhecemos, não é do meu conhecimento, dou o benefício da dúvida. Mas isto às vezes fazer filhos na mulher alheia não dá bom resultado.

Se os pavilhões foram feitos, quem os mandou fazer, algum proveito teve. Quem os ocupava na realização das Feiras, nas os ocupava gratuitamente, seria para obter alguns dividendos.

Eu sempre considerei o património ali existente, como património do Município, assim como a Casa do Empresário, como cedência, visto que a ACIM, como instituição de interesse público para o Município, isso é conhecido, essa cedência, eu entendo-a. Agora ser proprietário desse imóvel...

E agora corremos esse risco, é um conjunto de dívidas e a Câmara vai pagar. Se a Câmara tem cabimento orçamental, se assim o entende, que o faça.

Ao colocar agora a regularização desse imóvel no nome da ACIM e com este rol de dívidas, amanhã se calhar estamos perante uma hipoteca ou perante uma penhora, sei lá de quem, se calhar dos credores...e isso para já está salvaguardado, porque é património do Município, que eu sei, a Praça do Mercado.

No rol dos credores, se calhar a alguns, a dívida já terá mais de 20 anos e à luz da legislação se calhar até já prescreveu.

Olhe, Senhor Presidente, sem mais considerações, permita-me que humildemente, modestamente e na minha pouca sabedoria, lhe faça um pedido, perante esta Assembleia:

Se assim o entender e Vossa Excelência decidirá aquilo que melhor lhe aprouver, retire este Protocolo que veio a esta Assembleia, conceda o subsídio que entender por conveniente à ACIM, para honrar os seus compromissos e acho que fica tudo muito mais transparente, sem andarmos aqui neste imbróglgio que dá a impressão que é uma negociata feita às avessas.

----- **A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador, Cristina Maria Ferreira Passas (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito boa tarde Senhor Presidente, Senhores Secretários, muito boa tarde Senhor Presidente da Câmara e respetivos Vereadores, Excelentíssimos Colegas, muito boa tarde a todos.

Obviamente que não poderia deixar este assunto, sem manifestar aquilo que é o meu parecer.

De qualquer forma, antes disso, gostaria de dizer que embora esteja aqui na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador, não me lembro de pedir a palavra nessa qualidade, porque de facto, nessa qualidade, graças a Deus, não tenho tido grandes contratemplos, é capaz de ser por isso que as coisas correm na normalidade.

Em relação a esta questão e na qualidade de Técnica da Associação, que já sou há 18 anos, claro que não deixo de ter uma palavra.

Podem os critérios parecer mais ou menos legais, mais ou menos juridicamente válidos, não me vou pronunciar sobre isso, não fui chamada à questão, obviamente que sou técnica e não tinha que ser chamada à questão, mas uma coisa é certa, como dizia o Senhor Fraga, fazer filhos em mulheres alheias, dá nisto, porque quer queiramos quer não, as obras foram feitas, eu estou há 18 anos na Associação Comercial e não me lembro da construção do Pavilhão “B”, mas segundo nos consta também já foi feito pela própria Associação Comercial, mas a construção do Pavilhão “C”, sim senhor, as faturas está lá, foi construído por nós, todo o projeto foi com certeza, autorizado pela Câmara, porque ninguém vai construir nada em espaço nenhum, sem ter autorização.

De facto, neste momento, em que as coisas não ficam simples para ninguém, eis-nos que quando um espaço que pode ter uma nova utilidade, nomeadamente como os balneários de apoio ao novo Campo Desportivo e pode ser revitalizado, possa ser dada a contrapartida à entidade que lá investiu.

Se nós falarmos que somos pessoas de boas vontades, consideramos que o espaço que nós estamos há 18 anos ou mais na Praça do Mercado, foi cedido ou tinha o intuito de ser cedido à Associação Comercial e Industrial de Mirandela, nós não estamos a sentir que estamos a usurpar coisíssima nenhuma.

Além disso, a Reginorde durante muito tempo projetou o nome de Mirandela muito longe e isso foi algo de positivo, não só para as instituições, nomeadamente para a Associação Comercial e para a Câmara, mas foi para todos nós Mirandelenses.

Quando falamos do fogo de artifício, sim senhor, foi o fogo de artifício da passagem do Milénio, não sei se se lembram, uma noite em que não se via nada à nossa frente, mas o fogo de artifício foi lançado, mas não foi acordado entre as partes o fazerem.

Muitas vezes nós trabalhamos juntamente com a nossa Autarquia em *outsourcing*, isto é: nós abraçamos determinados eventos e a nossa Autarquia sempre nos apoiou.

E neste momento em que de facto é preciso regularizar situações, a Autarquia vai usufruir de um Património que a Associação Comercial neste caso vai abdicar dele, faz-se a regularização das situações e toda a gente continua bem.

A Associação é uma Associação de utilidade pública, que curiosamente até foi decretada pelo Senhor Ministro José Sócrates, na altura. Foi quando eu tratei do assunto e sempre honrou os Mirandelenses, quer como a defesa do *ex libris*, sendo a entidade gestora da “Alheira de Mirandela”, quer em todos os projetos que desenvolveu até à data, nomeadamente a UAC - Unidade de Acompanhamento e Coordenação (MirCom) etc. etc. etc.

Por isso, é assim, que vocês têm dúvidas, podem existir as dúvidas que quiserem, mas que as coisas foram feitas, foram.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Nuno Sousa (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sendo correto aquilo que a Senhora Deputada referiu sobre a obra dos pavilhões, é certo que então diz que tem esse conjunto de documentos, mas esses documentos não acompanharam este processo. Eu não sei se existem e tenho a legitimidade de questionar isso. Da mesma forma que também tenho a legitimidade de questionar se a Câmara concedeu alguma autorização para construir o pavilhão naquele recinto, porque se eu quiser construir em propriedade alheia, temos que entrar num processo de licenciamento.

Há 10 anos atrás ou 5 anos atrás há legislação, e a legislação é para cumprir. Eu estou certo que nos mandatos anteriores, quer da ACIM, quer da Câmara Municipal, havia rigor nas coisas que se faziam.

Da mesma forma que alega que há rigor agora, também o havia nesse passado.

Mas eu gostava também de frisar o seguinte: ainda não percebi e também não ficou demonstrado na intervenção, se a sede é pertença da ACIM.

----- **A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador, Cristina Maria Ferreira Passas (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado, eu não queria chegar a tanto, mas pronto.

De facto o rigor era tanto, tanto, que quando nós quisemos ir fazer determinados registos, que supostamente seria fazer a passagem quase direta, ou digamos, com os procedimentos legais, verificámos que grande parte das obras que foram feitas há largos mandatos atrás, que são supostamente da Câmara, nada estava registado à data de talvez 25 a 30 anos atrás.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Faustino Cunha (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu desta área percebo pouco, mas gostaria de questionar uma coisa que eu não entendi.

A Câmara propõe-se fazer um plano de pagamentos de 60 mensalidades que totalizam 250 Mil €. Onde estão os tais 100 Mil que regressam? Só regressam no fim dos cinco anos?

Depois há um acerto de 250 000 €, mas paga 100 000 € e ficam só 150 000€. Estou a ver aqui, é um compromisso da Câmara de 250 000 € e não de 150 000 €.

E se entretanto houver uma penhora, o resto do bem que está na Reginorde fica desparcelado. Aquilo tem uma parcela única. Não sei se já está feita a propriedade horizontal ou não, para se poder separar. Eu não estou a pôr em causa, acho que a Câmara assumiu compromissos e tem de ajudar a resolver os compromissos.

Temos é que ver o que estamos aqui a autorizar e a decidir.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu peço-vos desculpa, provavelmente devia ter feito uma coisa que não é hábito, ou seja, fazer uma introdução técnica a este ponto, para depois fazermos a discussão política, porque realmente há aqui questões que estão de alguma maneira bastante confusas, nomeadamente a última pergunta que foi feita pelo Senhor Deputado *Faustino* e não só.

O Primeiro comentário, e esse eu não o admito, até porque já ouvi hoje falar aqui em transparência, ganância etc., etc.. Se isto fosse escondido ou para esconder não estava aqui.

Está aqui na Assembleia, temos 61 Deputados Municipais a favor ou contra, ninguém está a esconder nada. Estamos aqui de cabeça levantada e de cara levantada assumindo a Proposta que fiz à Reunião de Câmara.

O que está neste Protocolo é o seguinte:

Foi construído um pavilhão na Reginorde, que foi determinado “Pavilhão “C””.

Há o Pavilhão “A”, há o Pavilhão “B” e há o Pavilhão “C”.

O Pavilhão “C” foi construído pela Associação Comercial e Industrial de Mirandela. Não me perguntem como, porquê ou de quem foi construído. Foram lá realizadas diversas Feiras, por acordo da Câmara na altura e da Associação Comercial.

Ponto 1: Estive em Assembleias da ACIM, em que era constantemente reclamada a indemnização da ACIM, pelo Protocolo, pela utilização daquele espaço, anos e anos e anos a fio, por diversas Direções e Associados ao longo dos anos.

Por autorização da Câmara, (em relação ao Pavilhão B, não é assim, que é municipal) o Pavilhão “C” foi construído no recinto da Reginorde, com recursos próprios da ACIM.

Ponto 2: Nunca foi feito o registo da Reginorde em termos de propriedade horizontal, estamos a fazê-lo neste momento, por isso é que aparece essa planta.

Neste momento estamos a registar o Pavilhão “A”, o Pavilhão “B”, o Pavilhão “C”, a PSP e tudo o resto, de certa forma, o que existia, um prédio rústico indistinto.

Pela componente Pavilhão “C”, o valor reclamado sempre foi este. É verdade que devia haver nova avaliação mas foi o valor que a ACIM sempre reclamou, são 150 Mil €.

Ponto 1 da Cláusula – A Câmara, que neste momento está a utilizar o Pavilhão “C”, para a utilização dos balneários, mas também porque sempre foi reclamada a propriedade do Pavilhão “C”, vai pagar por este acordo, 150 Mil €, pelo Pavilhão “C”.

O Pavilhão “C” não está registado. Vai ser registado em nome da Câmara, vai ser propriedade da Câmara, vai estar em terrenos municipais, porque ainda está e é, e continuará a ser propriedade da Câmara, mas quem o construiu foi a ACIM e a Câmara vai responder a esse investimento.

Ponto 2 da Cláusula:

Sede da ACIM: A Câmara Municipal quando construiu o Mercado Municipal comprometeu-se a ceder o património da sede da ACIM à ACIM. Nessa altura houve compromissos verbais, públicos e escritos em deliberações.

Entretanto a Câmara Municipal tenta fazer o registo da sede para a ACIM. O mercado não existe, o que existe é o terreno rústico onde foi construído o mercado.

A Câmara inicia um processo, que já vai longo, do registo do património, fazendo usucapião, recorrendo a testemunhas, fazendo tudo o que é necessário para ver se conseguimos licenciar a obra e depois fazermos o da propriedade horizontal.

Entretanto, esse mesmo património será doado, entregue e registado em nome da Associação Comercial, assumindo os compromissos acordados pela Câmara Municipal em devido tempo e por uma questão de hombridade do cargo que ocupo, compromissos do passado, são compromissos para respeitar, quer um quer outro.

Há apenas uma questão: a Câmara Municipal, neste momento, para fazer face às dificuldades que a Associação Comercial tem de tesouraria (falarei disso mais à frente), irá fazer uma antecipação de um valor de 100.000 Mil € para fazer face às dificuldades.

No dia em que conseguirmos fazer o registo - podem ler se me fazem o favor, na cláusula 2.ª “Encargos Financeiros” - o valor dos 250.000 Mil €, passará para 150.000 Mil €, é o que aqui está escrito, na Cláusula 2.ª, nº 2: “O segundo outorgante, assume com o primeiro outorgante um encargo financeiro no montante total de € 100 Mil €, referente à transferência de propriedade do imóvel referido no número dois da cláusula primeira, considerando-se imediatamente atualizado o encargo financeiro e respetivo plano de pagamentos a suportar pelo Município em 150 Mil € aquando da celebração da respetiva escritura.”

Isto é, este Protocolo são 250 Mil €, é reduzido para 150 Mil €, pagamento do Pavilhão “C”, no dia em que for feita a escritura à ACIM...é tão simples como isto. Isto é o que está neste Protocolo.

Do ponto de vista do Pavilhão, regularizar a propriedade em favor da Câmara; do ponto de vista da sede, regularizar a propriedade em favor da ACIM, dando-lhe condições financeiras para aceitar.

Em relação aos encargos:

Eu poderia fazer aqui uma descrição longa, de cada um dos encargos.

Por exemplo, encontro aqui encargos de 1996, por exemplo de um sorteio que ocorreu, de um conjunto de circunstâncias que todos nós temos conhecimento que ocorreram e que algumas delas estão em consolidação por no tribunal serem contestadas diversas vezes.

Agora, é esta a única instituição de Mirandela que a Câmara Municipal tem contribuído para a estabilidade financeira? Quanto é que Mirandela gasta todos os anos, em apoiar coletividades de Mirandela? Não estou a dizer em 60 meses, estou a dizer todos os anos! Quantas coletividades querem que vos aponte, que em bruto recebem mais do que este valor por ano?

Estamos aqui e eu assumo este Protocolo com a clareza que ele aqui está, com uma certeza: que o acordo entre a Câmara Municipal e a Associação Comercial, resolve problemas do passado, quando mais simples seria efetivamente deixar os problemas continuarem em banho-maria e nós não os resolvermos e no fundo estão os dois caucionados a propriedades, a equipamentos e não estão apenas caucionados à vontade discricionária do Presidente da Câmara ou de um subsídio na Câmara.

Em face disso, não tenho qualquer complexo em apresentar este Protocolo.

Só um esclarecimento apenas técnico, o Protocolo que faz referência ao ofício, é o Protocolo que vem a seguir e não o Protocolo anterior.

É evidente que no ofício da ACIM, entre o dia 16 e que vai a Reunião de Câmara a 21, porque as negociações começaram já há algum tempo e legalmente tivemos que as validar e legalmente tivemos que avançar e naturalmente que pedimos a formalização desta situação quando ela esteve pronta para vir aqui. É claro que este assunto não tem dois dias, nem é um assunto que foi verificado em dois dias e está afeto à dificuldade que temos no registo do património, tendo em conta que em muitos dos casos tivemos que recorrer até a anteriores Presidentes da Câmara, para que eles testemunhassem o que é que aconteceu nos registos, como é que foram registados os terrenos e ainda vamos ter que fazer projetos. Por exemplo uma loja do mercado municipal, hoje em dia está arrendada ou alugada, nem se pode chamar esse nome, *está cedida* e do ponto de vista fiscal, não o podemos fazer porque ela não existe como fração.

Se quisermos ir ao rigor, aquelas pessoas que estão ali, estão ilegalmente, porque a Câmara não pode ceder espaços. Esta parte também está a ser regularizada.

Este acordo, com todas as questões valorativas que possa ter em relação à gestão da ACIM, regulariza duas situações que ao longo dos anos estavam por regularizar e põe ponto final a uma situação de indefinição do ponto de vista da relação da Câmara e ACIM e ao mesmo tempo também apoia a ACIM nas suas dificuldades, repito, tal como fizemos e estamos a fazer e fazemos constantemente com muitas, muitas, muitas associações.

Vejam quanto nós apoiámos para construir lares, outro tipo de equipamentos, campos desportivos e não só, Quartéis de Bombeiros, ainda hoje estamos a pagar valores bem mais significativos.

E neste momento estamos a apoiar uma Associação de Mirandela que necessita desse apoio.

Já agora gostava de dar a explicação, vocês perguntam-me porque isto vem à Assembleia Municipal. Vem à Assembleia Municipal por questões legais muito simples. No passado isto era um acordo aprovado na Câmara, hoje, todos os acordos que ultrapassam o mandato têm que vir à Assembleia Municipal, porque senão não são válidos. É por isso que está aqui, porque senão até estava dentro das competências da Câmara. Mas se nós quiséssemos púnhamos o acordo com 24 meses e ele já não vinha aqui. Não há nada escondido. Tudo aqui apresentado é em consciência. Naturalmente que cada um que está sentado nessa cadeira, tal como nós quando votamos este Protocolo, sentados na nossa cadeira, sabíamos conscientemente o que estávamos a votar e como votámos.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Nuno Sousa (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu ouvi atentamente a resposta do Senhor Presidente, mas Senhor Presidente se quer ceder, até num ato desse trabalho de parceria com a Câmara e com as instituições, até pode fazer a cedência gratuita à ACIM, em vez de lhe estar a cobrar os 100 Mil €.

Continuo a dizer que aquela sede pertence à Câmara e a ACIM não tem posição legal para exigir 100 Mil € para pagar por aquela sede, aquilo é da Câmara. A Câmara pode até ceder gratuitamente se quiser.

No ofício do Presidente da ACIM, não fala em verbas de 250 Mil €, só fala em regularizar a propriedade. Isso até pode ser gratuitamente, se assim o entenderem.



Quando cortaram o Pavilhão “C”, certamente que não foram, pedir autorização à ACIM para fazerem o corte.

Outra questão:

A ACIM, tanto quanto eu sei, no passado cobrava bilhetes, cobrava pelos espaços, a Câmara subsidiava o evento e muito bem, portanto havia todo um conjunto de verbas necessárias para a realização do evento.

O que eu não consigo compreender, - um evento que supostamente trazia receita - é que ao longo destes anos, das diversas edições da Reginorde, foi um cavalgar de dívidas, para chegar a este ponto.

No passado, eu estava como Vereador e recorde-me de aprovar inclusive, uma Proposta sua, para a criação de uma UAC, chamada Mircom, que tem a ACIM como parceira, a Câmara entrou com 100 Mil € e a ACIM entrou com zero, se bem se recordam.

E mesmo nesse mandato diversas vezes a Câmara subsidiou a ACIM, com 50.000 Mil €, com 40 Mil € e por aí fora.

Ou seja, para além desses subsídios, vêm agora estes 250 Mil €, afinal quanto é que andamos a injetar na Associação Comercial ao longo destes anos?

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco, disse:**

Eu volto a dizer:

Há questões valorativas que eu compreendo e questões que podem colocar e acho que algumas as podem colocar no âmbito da própria Associação.

Agora, Esta questão do património, desde os anos que estou na Câmara Municipal, o Pavilhão “C”, fora do tempo da Reginorde estava encerrado e quando era necessário ser utilizado, a chave era pedida à ACIM. Se nós precisássemos do Pavilhão “C” para fazer outra exposição, para fazer outra atividade, a chave esteve sempre em poder da ACIM. Não sei como era antes disto, porque não estive afetado a essa atividade, mas desde que eu estive na Câmara e exerci funções na Câmara, o Pavilhão “C”, sempre que era necessário para outras atividades que não fosse a Reginorde, era pedido.

Aliás, o Pavilhão “C” estava cheio de equipamento da ACIM. Eu não sei quem fez esses acordos, admito que tenha sido A, B, C, ou D, mas sei que aquele Pavilhão é da ACIM e quando a Câmara necessitou e decidiu utilizar aquele Pavilhão para efeitos de instalação dos balneários, naturalmente que reuniu com a ACIM, concordou e estamos hoje, de certa forma a regularizar a situação.

Podemos dizer que é verdade que o espaço é da Câmara, mas aquilo é um terreno rústico que agora está a ser devidamente loteado.

A PSP, para todos os efeitos, neste momento é da Câmara de Mirandela...aquela Esquadra que lá está é nossa...está no mesmo recinto.

A Reginorde não existe, existe um terreno rústico que está neste momento a ser registado.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, António Martins (CDS/PP) disse:**

Boa tarde, Senhor Presidente, Mesa, Senhor presidente da Câmara.

Nós não estamos aqui a pôr em causa a honra de ninguém, nem que isto não seja muito transparente ou pouco transparente.

A questão que está aqui é muito clara: é a Câmara assumir o pagamento de dívidas que alegadamente se diz que é da Reginorde, mas nós temos dúvidas, por uma razão.

Há uma dívida à UTAD e há uma dívida à SOPROFOR que é uma sociedade de formação, isto nada deve ter a ver com Reginorde.

Não vale a pena estarmos aqui com ilusões, aquilo que está em causa, são duas coisas muito simples:

A Casa do Empresário foi construída com Fundos Comunitários, foi feita para que toda a gente possa usufruir do espaço, pagando uma determinada contrapartida e à ACIM foi-lhe dado aquele espaço sem pagar renda, o que está aqui é uma cedência.

O Pavilhão da Reginorde, à semelhança de qualquer particular que faz uma benfeitoria num espaço que lhe é concedido, tem duas hipóteses: ou no final, mediante o contrato que tem pode receber o dinheiro que lá gastou, ou então são benfeitorias que ficam lá a fundo perdido. Era isso que nós gostávamos de saber, se há um documento que sustente que aquele dinheiro foi gasto e que foi autorizado pelo Município. É assim que funciona, nas coisas que são protocoladas pela Junta. Podemos lá fazer obras mediante autorização da Câmara e mediante autorização que nos é concedida, se podemos gastar o dinheiro se no fim no-lo dão.

É essa a pergunta que estamos a fazer. Há esse documento ou não há esse documento?

Em segundo lugar, a Casa do Empresário que foi feita com dinheiros públicos, na altura houve fundos comunitários para isso, está a ser cedida por um montante considerado em 100 Mil € e eu pergunto se é muito, ou se é pouco, porque não tenho uma avaliação.

Agora, nós podemos ceder aquilo que é público, sem haver um concurso? Podemos ceder aquilo que é público sem auscultar as pessoas, sabendo se aquilo pode valer 100 Mil €, 50 Mil € ou até 200 Mil €.

São essas as perguntas que estamos aqui a fazer.

As dívidas da Associação Comercial que estão na lista, a maior parte delas, nada têm a ver com a Reginorde e eu digo: 40 Mil € à UTAD, 40 Mil € à SOPROFOR que é uma sociedade de formação, são logo 100 Mil €.

Expliquem lá como é que se gastaram 50 Mil € em formação, há aqui alguém da área e com toda a certeza não devem lá ter um prejuízo destes. É isso que tinha de se explicar, mas essas explicações deviam ser dadas pela ACIM.

Nós o que queremos saber e eu como cidadão, como pessoa eleita por parte de uma freguesia, não posso aceitar que passamos a responsabilidade de 250 Mil € claramente para o lado de lá, para ser suportado por nós. Quando íamos à Reginorde pagávamos bilhete, íamos ser expostos pagávamos os espaços, portanto a Associação Comercial beneficiou daquilo.

Isto não tem a ver com transparência, não tem a ver com nada, tem a ver com o rigor.

Senhor Presidente: fazia o apelo que o Deputado *Fraga* fez, retire esta Proposta da Assembleia e acho que a deve apresentar aqui, com toda a certeza em dezembro. Se ela vier devidamente fundamentada, com documentos, eu não tenho reserva nenhuma em

votar isto favoravelmente. Mas neste momento não o faço, porque não vejo autorizações para obras, não vejo sequer aqui, como técnico, porque sou técnico, uma avaliação feita por alguém.

E quero-lhe dizer que 250 Mil € a dividir por 750 m² que tinha o armazém, estamos a falar em 333 € por m². Hoje constrói-se um armazém por 180 € por m². Quer dizer, isto é discutível, não estamos a pôr em causa a seriedade de ninguém e devemos estar aqui com este rigor, com esta transparência e com esta abertura. Apresentem documentos e eu tenho todo o interesse em votar favoravelmente, à semelhança do que o Senhor Presidente diz, que se faz com outras instituições.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Dinis Veiga (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dá-me a impressão que se está a fazer um cavalo de batalha e mais de antiptias pessoais com os beneficiados.

Ora vamos ver uma coisa, o Executivo podia dar o subsídio à ACIM, sem virem aqui as dívidas, como tem dado ao CTM, como tem dado ao Sport Clube de Mirandela e a outras associações. Não me venham com essa conversa.

Por outro lado, eu que estou dentro do assunto porque o acompanhei e estou a acompanhar, O mercado foi feito no tempo do Doutor *José Gama* e como era habitual no tempo do Doutor *José Gama*, a fazer, fazer, fazer e nada registar...reparem que o mercado municipal foi registado há pouco tempo, do qual eu fui testemunha, eu nem queria vir aqui por causa disso.

O mercado existia o antigo, eu fui testemunha em como foi o registo do mercado, atualmente.

Também sei que o Doutor *José Gama* disse sempre que aquele edifício era a sede da Associação Comercial e Industrial e agora ainda tem que pagar 100 Mil €, que ao fim e ao cabo, se formos ver bem as coisas, nem devia pagar nenhum, porque foi isso que o Doutor *José Gama* sempre disse.

A Reginorde não está também registada como deve ser. Se querem mais exemplos, eu dou-lhos: no Parque Pedro da Manta foi feito um edifício por um empreiteiro ao qual se deu terreno para o Parque de Estacionamento, com a condição de a Câmara fazer o lote para a propriedade horizontal do edifício que lá está.

Meus amigos, teve que o Senhor *Ruivo & Pires*, dizer assim: ou vocês fazem ou eu ponho aqui uma cancela e o parque é meu, porque era...querem mais outro exemplo: a continuação da Rua Alexandre Herculano, que seguiu para a Ribeira, feita no tempo do Doutor *José Gama*, ainda hoje não está registada, é tudo de boca.

Esta Câmara está a fazer um bom serviço, que é registar aquilo que lhe pertence e realmente regularizar as várias situações. Nós sabemos que o Doutor *José Gama* era assim...bla, bla, bla, papéis não há...papéis não existem...

Portanto, não vejo aqui mal nenhum em votarmos isto, porque há uma coisa: tem que se pagar o Pavilhão que foi feito pela ACIM, tudo bem, houve acordo prévio para o fazer lá. Como também houve acordo para a PSP se fazer lá e regularizou-se a situação. E há muitos mais por aí por legalizar, que eu não vou falar para já. E há outras instituições que também tinham os seus edifícios e que eram todos clandestinos, que também não legalizaram. Em Mirandela, infelizmente foi assim e continua a ser assim.

Em face disso, eu não vejo inconveniente nenhum em que nós votemos esta proposta. Paga-se o Pavilhão que era da Associação Comercial e Industrial. Foi retirado, foi destruído, passou para a posse da Câmara, terminou o assunto. Eles têm que pagar 100 Mil € pela sede, quando ela anteriormente lhe tinha sido prometida.

É este o meu entendimento, não há problemas nenhuns. Deviam ter sido era resolvidos anteriormente, o que não aconteceu.

----- **O Senhor Deputado Municipal, José António Costa Ferreira (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu apenas queria deixar um alerta nesta Assembleia, porque a discussão começou a ultrapassar os limites daquilo que estava aqui em discussão e em devido tempo foi facultada a possibilidade de ser retirada esta proposta, essa discussão derivou em mais intervenções, eu alertava para as intervenções que aqui foram expressas, nomeadamente pela Deputada Municipal *Cristina Passas* e esta última do Professor *Dinis*, que acabaram por: a da Deputada *Cristina Passas*, pedir a palavra em nome da Associação Comercial e Industrial de Mirandela, portanto não interveio enquanto eleita à Assembleia Municipal, mas nessa qualidade.

O Professor *Dinis* referiu que foi testemunha deste processo de registo de um edifício que está em causa aqui em votação.

Só deixava este alerta, é que nenhum Membro da Assembleia, conforme está escrito na lei e conforme está escrito no nosso Regimento, pode intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado do respetivo Município, nos casos previstos no Código de Procedimento Administrativo.

Os Membros da Assembleia Municipal devem pedir dispensa de intervir em procedimento administrativo, quando ocorram circunstâncias, pelas quais possa razoavelmente suspeitar-se da sua isenção.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, António Martins (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu fico confuso com algumas intervenções e tenho o direito de ficar.

Eu tenho aqui uma caderneta predial que fui seguindo neste processo e diz aqui em cima "Caderneta Predial Urbana". De rústico isto não tem nada. E tem aqui uma data na ficha de avaliação das Finanças, que foi feita em 21/07/2012, já lá vão mais de três anos. Portanto isto é uma Caderneta Predial Urbana, que diz o seguinte:

- Tipo de prédio: Prédio de propriedade total, sem andares nem divisões.

- Descrição: Nova Feira, composta por Mercado e por três Pavilhões.

Ou seja, em 2012, no dia 21/07, as Finanças avaliaram aquilo e encontraram lá três pavilhões.

E nós, mais de três anos depois, vamos querer regularizar que tipo de propriedade para a Câmara? Fiquei confuso.



----- **A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador, Cristina Passas (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *José António* agradeço o esclarecimento, mas se calhar já mo devia ter dito há uns tempos atrás porque já fiz outras intervenções nesta qualidade e não sabia que estava a transgredir, mas já que o fiz, vou continuar a fazê-lo ainda hoje.

Eu venho aqui para reforçar duas situações:

Em primeiro lugar queria reforçar a transparência que há em todo este processo. De facto as dívidas da Associação não devem vir aqui.

É assim: foram expostas estas e há aqui uma, foi falado nela, eu vou dar um esclarecimento, porque se viraram diretamente para a Senhora Engenheira *Rita Messias*, não propriamente para a Engenheira *Rita*, mas para alguém que está na área da formação profissional.

É simples, nós para termos dívidas a um fornecedor que nos prestou serviços na área profissional, foi porque nós assumimos o pagamento de outros fornecedores que tinham outras dívidas, mas a quem nós demos prioridade e que pusemos lá os nossos capitais para poder regularizar, nomeadamente o nosso fornecedor da iluminação de Natal, que durante muitos anos foi a Associação Comercial e Industrial de Mirandela, a entidade que fazia todas as Festividades Natalícias, cujo subsídio para a iluminação de Natal nos foi sempre dado com muito, muito atraso e nós fomos cumprindo à medida que nos foi possível com os fornecedores.

Obviamente que os últimos, foram ficando, não foram recebendo, mas pergunto eu, a iluminação de Natal é só com a Associação Comercial?

----- **O Senhor Deputado Municipal, Dinis Veiga (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ó Senhor Deputado *José António*, eu não interfi no processo de compra do Pavilhão “C” e da atribuição da sede à Associação Comercial e Industrial. Ponto 1.

Segundo, eu intervim para legalização do Mercado Municipal, que são coisas diferentes.

Por mim podem-na dar, podem-na vender, que não tenho nada a ver com isso. Eu intervim num processo como testemunha, dizendo que aquilo era da Autarquia. Desculpe, mas não tem nada a ver uma coisa com a outra.

Como também não tem nada a ver, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador, como Técnica da ACIM, vir dar um esclarecimento. Ela não está a defender a ACIM, está a dar um esclarecimento.

----- **A Senhora Deputada Municipal, Rita Messias (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Já que foi referido também o meu nome e após o esclarecimento dado pela Doutora *Cristina Passas*, fiquei efetivamente aqui com uma dúvida, não sei se percebi bem, mas já agora também pedia essa clarificação.

É o seguinte:

A Associação Comercial fez projetos de formação como entidade beneficiária do POPH (Programa Operacional Potencial Humano), certo? Ora, o programa de apoio POPH já terminou, o que quer dizer que supostamente e nessa matéria, pelo menos da nossa parte, todas as contas estão regularizadas, ou seja, o POPH já pagou todas as dívidas relativas à formação.

E a formação, apesar de não ter lucros, mas também não tem custos, ou seja: os custos com a formação são 100% financiados. Quer dizer que as despesas que tiveram com a formação, o POPH as financiou na totalidade, ou seja, os 50 Mil € que estão na listagem, eles já foram pagos à Associação pelo POPH, certo?

À partida o POPH já realizou todos os pagamentos e o que eu queria saber era se realmente já receberam a totalidade.

Se já receberam esse dinheiro da formação, sendo a SOPROFOR a entidade formadora, esses 50 Mil € que foram pagos à Associação pelo POPH, a Associação devia pagar à SOPROFOR que é a empresa de formação que lhes prestou o serviço, ou seja, os 50 Mil € que a Associação recebeu eram destinados à SOPROFOR.

Agora, eu percebi que tinham usado esse dinheiro para pagar a outros fornecedores. Isso é uma situação grave, porque não é permitido por lei. Isto tem que ficar muito claro, nós só recebemos se comprovarmos que pagamos.

Vou deixar a questão para ser clarificada, se não se importam:

Se o POPH só nos paga depois de nós provarmos que já pagámos e o programa do POPH já acabou e já regularizou tudo e como disse já tinham recebido, como é que surgem ainda os 50 Mil € de dívidas à SOPROFOR?

----- **A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador, Cristina Passas (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É simples, porque a SOPROFOR não é só uma empresa de formação profissional, também é uma empresa de Consultadoria.

Obviamente que aquilo que a Senhora Engenheira *Rita* diz é defendido por todos e são práticas de todas as entidades que promovem a formação. Todas as despesas que são recebidas e que são imputadas determinadas despesas na formação, o valor ressarcido pelo POPH, tem de ser exatamente aquele valor e para aquela entidade, sobre isso não há dúvidas.

Mas nós, com a SOPROFOR não trabalhamos só em formação profissional.

E quando dizia que a dívida à SOPROFOR se referia à formação, disse erradamente, retire essa expressão, mas se de facto existe alguma dívida a anteriores fornecedores, é porque nós tentámos apagar os fogos conforme pudemos. Era apenas isso.



----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco, disse:**

Nesta última discussão eu não me vou envolver, como devem compreender, deixarei para outros fóruns que não será certamente a Assembleia Municipal.

Tenho assumido nesta e noutras situações, sempre o princípio, que a Câmara como instituição, é uma pessoa de bem. Uma pessoa de bem cumpre os seus compromissos, às vezes mais registados e às vezes não registados.

Não sei se no passado faria igual aos que fizeram e se no presente o faria também. Não faço essa avaliação.

Aquilo que eu sei, é que, como líder da Câmara, considero que esta tem que ser uma pessoa de bem, assumir os seus compromissos. Compromissos que sejam assumidos agora do passado e regularizar o máximo que puder, para não acontecerem no futuro a repetição destas situações.

Ouvi aqui um bom exemplo que foi estabelecido com as Juntas de Freguesia que é a regularização do património, da utilização das Escolas, que muitas delas foram utilizadas anos a fio, com base apenas em acordos pessoais e hoje utilizam-se protocolos, não me manifesto sobre o passado, estou a resolver um problema do presente, resolvendo de uma forma clara e objetiva e trazendo aqui aquilo que é a realidade.

Reafirmo aqui a manutenção do Ponto, reafirmo aqui a Proposta e a maneira como foi feita e reafirmo aqui que nós temos sempre resolvido os problemas de todas as instituições de Mirandela, sempre que possível e da melhor forma possível.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Estamos agora em condições de votar.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 27 votos a favor dos membros do PSD, e 16 votos contra (9 dos membros do CDS/PP, 6 dos membros do PS e 1 do membro da CDU), aprovar o Protocolo de Regularização de Propriedade a celebrar com a Associação Comercial e Industrial de Mirandela.

----- **A Senhora Deputada Municipal, Odete Ferreira (PS) disse:**

“Declaração de voto oral”

Nós, a bancada do Partido Socialista, votámos contra.

Como se viu, pela enorme discussão suscitada nestes últimos momentos, sobre este ponto, entendemos que houve faltas de clarificação na Proposta e entendemos que havia outras formas de se honrarem compromissos e de se proceder a regularizações, relativamente a questões pendentes com a ACIM.”

Outros Assuntos de Interesse para o Município

5 - Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Pavão disse:**

Ponto 5, Outros Assuntos de Interesse para o Município.

Inscrições.

Há duas inscrições, neste Ponto n.º 5, a Deputada *Fernanda Ferreira* e o Deputado *Carlos Fraga*.

----- **A Senhora Deputada Municipal, Fernanda Ferreira (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou ser breve, mas acho que hoje, com estas intervenções que se passaram aqui, ficou claro algo que eu costumo falar quando é da apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, às vezes na maneira como a informação nos é transmitida.

O Ponto que acabamos de referir também vê e também prova um bocado que às vezes até nem é o conteúdo do que estamos a votar a favor ou contra, acaba por não ser muito bem o que se deve fazer, mas a Proposta que nos foi apresentada e a maneira como ela é apresentada.

Terem os documentos um bocadinho mais cuidados e um bocadinho mais pensados, para nós entendermos aquilo que se está a passar aqui, para darmos uma mais-valia a esta Assembleia. Muitas vezes é preciso haver a explicação do Senhor Presidente da Câmara para nós entendermos o que se está a passar e outras vezes dá azo a divagações e a interpretações que não são muito bem as entendidas.

Eu vou dar um exemplo, vou falar de um acontecimento que tive conhecimento na Newsletter que provavelmente virá à Assembleia na próxima apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, de maneira que eu não entendo.

Eu sei que hoje, dia 25 de setembro às 11 horas, pelo que li, houve um Festival Regional de Teatro.

É verdade que está lá quem o promove, mas fica-se na dúvida a quem é dirigido esse festival, porque é que é feito às 11 horas, porque é dirigido só às Escolas, porque não é dirigido ao público em geral?

Às vezes a informação que nos é transmitida, poderia ser de uma maneira diferente.

Eu por exemplo: gostava de saber porque é que este Festival se realizou às 11 horas, até num dia de Assembleia, que nós estivemos aqui, porque é que um Festival de Teatro Regional, não é também para o público em geral.

No segundo ponto eu queria falar de uma coisa que foi falada aqui de manhã, no ranking das Escolas, falou-se nos alunos e na qualidade das Escolas.

Quando nós falamos de ranking das Escolas, era bom percebermos que tipo de alunos temos nas nossas Escolas. Ao falarmos do Mega Agrupamento, que é o nosso, o tipo de alunos que temos lá e o ranking não é o mais importante. É importante sim sabermos que temos alunos de muito mérito, e temos alunos de muito mérito que saem daqui, também temos outros alunos, mas têm que estar lá todos.

E quando falamos de ranking, não podemos avaliar aquilo que se passa nesta Escola, no nosso Agrupamento, só pelo número que está no ranking. Acho que essa não é uma boa maneira de avaliar o que se faz nesta Escola.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Carlos Fraga (Independente PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Neste momento aberto para Outros Assuntos de Interesse para o Município, permita-me que através da Mesa lembre ao Senhor Presidente da Câmara, que mais ou menos daqui a um mês, se aproxima o mês dos Finados, o mês de novembro, o Dia de *Todos Os Santos*, que este ano vai calhar num domingo.

Este dia tem sempre a ver com a ida dos fiéis ao “*Campo da Dormição*”, como já nos explicou o nosso amigo e colega de bancada, o Professor *Pedro Beato*, que são os cemitérios, que nós católicos consideramos um lugar de repouso, de “*Dormição*”.

Isto tem a ver com o Cemitério novo, localizado na margem direita do rio Tua, mais conhecido por Cemitério de Golfeiras, que nós sabemos que apenas tem uma rua de acesso e estreita, que tem à entrada do “*Campo de Dormição*” um espaço físico muito reduzido para estacionamento de viaturas e dada a afluência, particularmente nesse dia e quando há funerais, que congregam muita gente, a dificuldade que se tem em chegar àquele local, principalmente as pessoas de idade.

Nesse próprio dia, no dia de *Todos Os Santos*, são as flores, as lamparinas e tudo isso. Até os próprios Presbíteros às vezes, têm a hora agendada para iniciar a cerimónia religiosa que se realiza lá no Cemitério e têm dificuldade. Às vezes confrontam-se com situações desagradáveis porque quer-se andar e não se consegue.

E, como queria dizer, há ali terrenos contíguos, penso eu, se estiver errado façam o favor de me corrigir, que são do domínio público, que foram lá em tempos feitos desateros sucessivos e com um bocadinho de boa vontade, utilizando a própria Câmara os meios e recursos que tem, aplanar ali um pouco aqueles terrenos de maneira a garantirmos e a salvuardarmos o estacionamento de mais viaturas, principalmente para esse dia e para os outros dias de afluência em que é necessário.

Para já seria provisório, mas era para remediar. Penso que com um bocadinho de boa vontade isso se consegue, para não estarmos com constrangimentos como já tivemos em anos anteriores.

Era este pedido, permita-me com toda a humildade, que o faça Senhor Presidente.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas, Rui Sá (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, restante Vereação, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores, muito boa tarde.

Em nome do Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas, venho por este meio convidar Vossas Excelências para a cerimónia oficial da 4.ª Edição da Feira da Azeitona e Mecanização Agrícola, que decorrerá nos próximos dias 17 e 18 de outubro.

E por isso estão todos convidados.

Vou deixar aqui alguns convites, se alguma pessoa fizer questão de retirar.

Agora, tenho outro assunto que muito me custa falar aqui na Assembleia, mas não vou poder deixar de o fazer, pelo seguinte:

A Freguesia de Vale de Gouvinhas, a qual represento, tem desde há uns anos a esta parte um diferendo de limites administrativos com a Freguesia contígua da Bouça.

Ou seja, temos um pedaço de área em que todas as construções lá registadas no artigo da Freguesia de Vale de Gouvinhas e é uma área que desde os censos de 2001 passou a um limite que era até aí um espaço de propriedade nosso, passou a pertencer à Freguesia da Bouça.

Esta situação já foi levantada várias vezes com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bouça, com a Assembleia de Freguesia da Bouça, inclusivamente pedimos ao IGP (Instituto Geográfico Português) para nos fazer o levantamento e uma proposta de limitação administrativa, ela foi feita.

Numa reunião entre mim e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bouça e a Assembleia foi feito um acordo, foi assinado na sexta-feira e pensei que finalmente a situação estava resolvida. Na segunda-feira seguinte, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bouça voltou novamente ao IGP e deu o acordo como não válido, tendo dito que não tinha percebido aquilo que estava em causa e ficou novamente sem validade.

O que está em causa, para quem conhece e eu vou falar no nome para os localizar, é a zona do cruzamento da Bouça e que tem o sentido Valpaços / Torre, a parte sul – metade da parte sul é da freguesia de Vale de Telhas a outra metade são os tais artigos conservados na freguesia de Vale de Gouvinhas e que são da Freguesia da Bouça.



Já tentei por todos os meios: IGP, pedindo a meação da Câmara Municipal, pedindo da Freguesia da Bouça, para que chegássemos a acordo, relativamente aos limites administrativos.

Não tendo sido possível porque as pessoas que estão à frente de organismos e de instituições, não têm capacidade para decidir.

E quando não têm capacidade para decidir, não se deviam propor aos cargos que desempenham...e como isso não acontece, a Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas, vai ser obrigada a pôr uma ação administrativa e fiscal, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela.

Era para comunicar a esta Assembleia que efetivamente, o concelho de Mirandela vai ter duas freguesias a litigar em tribunal, por causa de limites administrativos.

Provavelmente este assunto virá aqui mais vezes e eu vou ter a Assembleia informada do assunto.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, António Martins (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ó Rui, eu julgava que a Crimeia era só na minha terra, mas a tua também tem uma Crimeia.

Eu também fazia esse apelo, porque nós temos um problema muito idêntico.

A população do “Burrlica”, é assim conhecido o Bairro do Burrlica, muitos carinhosamente chamam àquilo a Crimeia, porque é uma terra de ninguém, também tem esse problema.

A parte administrativa é Carvalhais, 90% das pessoas estão recenseadas em Cedães, o registo Predial está efetuado em Cedães e temos aqui um problema muito grave. Porquê?

A Freguesia de Carvalhais não pode investir num sítio onde praticamente não vai buscar dinheiro do Fundo de Financiamento das Freguesias e nós também não podemos investir lá porque não vamos estar a meter dinheiro na terra que é dos outros.

Fazia também esse apelo ao António Jacob, que já o trazia hoje para o fazer, na possibilidade de se reunir a Assembleia da Freguesia de Carvalhais e discutirem este assunto.

Da nossa parte foi feito o primeiro passo e fazia-lhe esse apelo aqui, como amigo, porque é como amigo que eu o tenho, para ver se nós conseguiríamos ultrapassar isto, no sentido de dar alguma dignidade à população e podermos de alguma forma ter alguma legitimidade para reivindicar perante a Câmara algumas melhorias que têm de ser feitas naquele bairro.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Branco, disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tentando esclarecer as questões objetivas que nos são colocadas, dizer à Deputada *Fernanda Ferreira*, que realmente, deixa-nos aqui perante um problema.

Repare: eu vou começar a resumir apenas os últimos oito dias.

No sábado e domingo passado tivemos uma feira em Abreiro, com diversas atividades, dedicada ao figo;

Nesse mesmo fim de semana tivemos um torneio de águas abertas; tivemos um passeio de cicloturismo; tivemos um passeio pedestre e tivemos uma caminhada noturna.

Na segunda-feira tivemos um seminário da mobilidade; na terça-feira tivemos o Seminário da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens); na quarta-feira tivemos um Seminário sobre ética no desporto.

Hoje tivemos o festival de teatro e vamos ter à noite o “*Lectio Divina*”.

Amanhã vamos ter a feira da Torre de Dona Chama, com diversas atividades associadas.

Na próxima segunda-feira, dia 28, vamos ter mais um Seminário da CPCJ sobre mais um assunto; na terça-feira o São Miguel e no dia 01 temos o dia da Música, que é um dia que vai ter várias atividades espalhadas.

Estivemos estas duas últimas semanas na Semana Europeia do Desporto e que a Câmara Municipal de Mirandela conseguiu uma coisa incrível que foi em termos ibéricos, registar o maior número de eventos da Península Ibérica, na Semana Europeia do Desporto, confirmada pelo PDJ (Plenário de Justiça Desportiva).

Mais informação, para nós é impossível.

Quando necessitar de informação específica sobre um evento, eu sugiro que se dirija aos serviços “*ainda por cima*” como Deputada Municipal, que lhe prestarão todos as informações que necessitar.

Agora, para nós é perfeitamente impossível tendo em conta a dimensão e o número de eventos que nós promovemos, não de forma descontínua, já tivemos um convite para mais uma feira e posso-lhe dizer mais duas ou três atividades que vão ocorrer já na outra semana, logo no dia 05, no dia 07, no dia 15, pelo que é basicamente impossível em Mirandela nós conseguirmos esclarecer como surgem todas as situações.

E este é um bom exemplo: a Câmara Municipal é parceira de inúmeras entidades, que neste caso é o Inatel, que tem hoje em dia um conjunto de atividades, quer do ponto de vista desportivo, quer do ponto de vista cultural, foi-nos feita uma Proposta de colaboração e nós tomámos a opção que achamos mais adequada.

Neste caso e muito bem, a Senhora Vereadora achou que o mercado alvo, em conjunto com a organização, eram as crianças, era o 1.º Ciclo e hoje têm decorrido essas atividades.

De facto, é virtualmente impossível nós conseguirmos explicar esta dimensão.

E digo-lhe mais, é extremamente cansativo para nós, porque politicamente temos que estar sempre presentes e o número de eventos que em Mirandela se realizam, naturalmente, por iniciativa municipal, mas também pelos parceiros, leva a que nós sejamos um concelho dinâmico e conhecido como tal em muitos locais.

Em específico, ao Deputado *Carlos Fraga*, dizer-lhe que essas sugestões são para nós extremamente bem-vindas.

Nós vamos lançar, espero que ainda este mês uma plataforma digital, que irá permitir aos munícipes, de várias formas, que possam enviar para a Câmara as suas reclamações para serem resolvidas todas essas situações.

No que se refere ao cemitério novo, estamos a desenvolver um projeto que começa na rua *Machado Vaz*, e termina no cemitério.

Queremos requalificar, até porque há um problema de passeios no acesso, como todos sabemos. Problemas que têm surgido com pessoas que se querem dirigir ao cemitério, pela *Machado Vaz* ou pelo acesso de Mirandela, esperamos que seja possível. Não sei se será possível este ano, pelo menos uma regularização iremos tentar com os nossos funcionários.

Há um que nessa zona dos aterros onde já lá foi colocado muito material e compactado para haver melhor estacionamento, só que quando vêm as intempéries aquilo fica como está hoje. Já fizemos lá uma intervenção, mas essa é uma preocupação que nos tem sido trazida, não só daí, mas também do cemitério velho, pelo Senhor Presidente de Junta que é uma pessoa muito ativa nesse aspeto e que nos tem transmitido essa necessidade e essa obrigação para intervir.

Aliás, estamos em falha com a capela do cemitério velho: pôr a capela a funcionar ainda nestes finados.

Iremos tentar fazê-lo porque é uma capela que tem estado de certa forma abandonada em relação ao seu serviço para o cemitério.

Sobre as questões territoriais, em dias difíceis como hoje, tenho a minha opinião que já transmiti aos Senhores Presidentes de Junta, penso que a ponderação e o bom senso devem ser aquilo que nos norteia na nossa atividade política e quando isso não acontece temos que recorrer às instituições, que melhor do que nós decidirão, em relação aos diferendos.

Em relação a essas duas situações, fica apenas a minha saudação e o meu desejo, de ver os Senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta em muitas destas atividades que nós fazemos, porque muitas das vezes também notamos a sua ausência. É natural que ninguém consiga, nós temos que o fazer por obrigação, mas pelo menos pela importância que os temas têm e em solidariedade aos colegas, quando realizam uma atividade, acho que é muito importante a presença de todos nós.

Os Presidentes de Juntas têm-se esforçado muito para fazerem atividades nas suas aldeias para fazer feiras e às vezes o estar lá dar-lhe um abraço e dar-lhe um apoio, não é só para o evento, mas também para o amigo que está muitas das vezes sentado neste local, lado a lado. Seria bom que também se lembrassem disso e dessas atividades, principalmente das rurais, que estivessem ao lado dos vossos colegas.

Muito obrigado a todos e muito boa tarde.

2.º Período de Intervenção do Público

6 – 2.º Período de Intervenção do Público.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, *José Manuel Pavão*, disse:

Vamos passar ao último ponto, que é perguntar se está algum Senhor Munícipe que queira usar da palavra?

Não está.

Não estando, chegamos ao nosso final, de maneira que eu os cumprimento todos os Senhores Deputados, o Executivo, desejo-lhes um bom fim de semana e até à próxima.

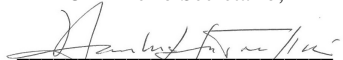
----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art. 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Primeiro Secretário.

----- Seguidamente foi encerrada a sessão, eram 17 horas e 30 minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal;


José Manuel Lemos Pavão

O Primeiro Secretário;


Humberto António Cordeiro

A Segunda Secretária


Otília Raquel Fernandes Lima